



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE INFANTARIA

Trabalho de Investigação Aplicada (TIA)

**As operações psicológicas (PSYOPS): a experiência
portuguesa na guerra do ultramar de 1961-1974**

Autor: Aspirante Aluno Inf Marco António Ribeiro Caldas Domingues

Orientador: Tenente-Coronel Inf Nuno Lemos Pires

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

**DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA**

Trabalho de Investigação Aplicada (TIA)

**As operações psicológicas (PSYOPS): a experiência
portuguesa na guerra do ultramar de 1961-1974**

Autor: Aspirante Aluno Inf Marco António Ribeiro Caldas Domingues

Orientador: Tenente-Coronel Inf Nuno Lemos Pires

Lisboa, Agosto de 2011

“O Homem é um espírito inquieto para o qual estão sempre em causa
as “verdades” adquiridas”
(Couto, 1988, vol I, p. 138)

DEDICATÓRIA

Aos Lusos Combatentes,
bravos guerreiros, que tudo sacrificaram pelo cumprimento da missão.

Aos meus queridos pais, avós e irmã,
pelos anos de dedicação e por fazerem de mim o que sou hoje.

À minha namorada,
pelo amor e carinho com que ilumina os meus passos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa o esforço, ajuda e mérito de muitas pessoas, as quais, muitas das vezes sem o saberem, contribuíram directa ou indirectamente para o mesmo. Para todos eles, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à Academia Militar, aos seus militares, professores e funcionários civis que, ao longo do meu curso, contribuíram para a minha formação. Fica o lema que nos persegue a alma: “Dulce et Decorum Est Pro Patria Mori”.

À Escola Prática de Infantaria, pelo profissionalismo dos seus elementos e por me ter mostrado o caminho do Infante. Ad Unum!

Ao Arquivo Histórico-Militar, ao Instituto de Estudos Superiores Militares, à Biblioteca da Academia Militar e à Liga dos Combatentes, que me abriram as portas sempre que precisei.

Ao meu orientador, o Tenente-Coronel Inf Nuno Lemos Pires, pela disponibilidade e atenção com que me levou a realizar este trabalho.

Às Senhoras Paula e Teresa, por me terem assistido ao longo das minhas pesquisas, sempre com boa disposição e profissionalismo.

Aos Enfermeiros pára-quedistas José Pacheco e Rosa Serra, aos Tenentes-Coronel José Saraiva e Moura, ao Coronel João Calheiros e ao Professor Manuel António Domingues, por tão gentilmente partilharem, com a minha pessoa, um conjunto de experiências únicas, de grande utilidade para a realização do trabalho.

Aos muitos outros valorosos combatentes do Ultramar português, saudosos filhos da Pátria, que valentemente aceitaram cumprir as suas missões, arriscando a vida pelos desígnios da Nação, o meu apreço e maior admiração.

A toda a minha família, em especial aos meus avós, pais e irmã. Por todas as coisas que me ensinaram e por todos os sacrifícios que por mim realizaram, mas, principalmente, por sempre acreditarem em mim, o meu muito obrigado!

Finalmente, à minha namorada, Tânia, por me ter ensinado a amar, por todos os momentos passados juntos, pelo carinho e pela importância das pequenas coisas da vida que a tornam tão bela e singular. Obrigado, meu amor!

A todos vós, os meus profundos agradecimentos...

RESUMO

“As operações psicológicas (PSYOPS): a experiência portuguesa na guerra do ultramar de 1961-1974” constituem o tema do presente trabalho. O seu objectivo principal é saber de que forma foi levada a cabo a Acção Psicológica, na Província de Moçambique, por parte das Companhias do Exército português.

Este trabalho desenvolve-se ao longo de quatro capítulos. No primeiro, pretendemos abordar a origem do conflito e da necessidade do uso da Acção Psicológica; nos segundo e terceiro capítulos, analisamos a doutrina de acção psicológica da época; e, no quarto, falamos das práticas ao nível das companhias, baseados em entrevistas.

No final, concluímos que os comandantes de companhia eram os principais decisores no âmbito da Acção Psicológica. Mesmo não seguindo a doutrina à risca, acabavam por cumprir a missão com espírito de iniciativa e imaginação.

Palavras-Chave: Operações Psicológicas, Ultramar, Acção Psicológica, Moçambique, Companhias.

ABSTRACT

This paperwork's subject is "Psychological Operations: a Portuguese experience in the Overseas' war from 1961-1974".

It's main objective is to know how did the Portuguese army companies made psychological operations in the province of Mozambique.

This work is divided in four chapters. In the first one, we intend to search the origin of the conflict and the need for psychological operations; in the second and third chapters we speak of psychological operations' doctrine in a theoretical analysis; and in the fourth chapter, we present the actual companies' procedures, based on interviews to former veterans.

In the last part of our work we concluded that company commanders were the actual decision makers in what regards to propaganda. Even though they did not follow doctrine in a strict manner, they still fulfilled their missions with initiative and imagination.

Key Words: Psychological Operations, Overseas, Mozambique, Companies.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: MOÇAMBIQUE: UM TERRITÓRIO EM GUERRA	4
1.1 INTRODUÇÃO	4
1.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL	4
1.2.1 A POPULAÇÃO	6
1.3 O INÍCIO DA GUERRA	9
1.3.1 Os MOVIMENTOS SUBVERSIVOS	9
CAPÍTULO 2: AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	13
2.1 INTRODUÇÃO	13
2.2 TERMINOLOGIA INICIAL	13
2.3 ACÇÃO PSICOLÓGICA: PROPAGANDA, CONTRA-PROPAGANDA E INFORMAÇÃO	15
2.4 PRINCÍPIOS DE ACÇÃO PSICOLÓGICA - PROPAGANDA	20
2.5 MEIOS DE DISSEMINAÇÃO	22
CAPÍTULO 3: ACÇÃO PSICOLÓGICA: CONQUISTAR AS NOSSAS TROPAS E A POPULAÇÃO	25
3.1 INTRODUÇÃO	25
3.2 DE MILITAR PARA MILITAR	25
3.3 À CONQUISTA DA POPULAÇÃO	26
3.3.1 A ACÇÃO SOCIAL	30

CAPÍTULO 4: A ACÇÃO PSICOLÓGICA NO TERRENO	34
4.1 INTRODUÇÃO.....	34
4.2 AS COMPANHIAS: DA TEORIA À PRÁTICA	34
CONCLUSÕES	41
BIBLIOGRAFIA	43
APÊNDICES	45
APÊNDICE A: GUIÃO DE ENTREVISTA	46
APÊNDICE B: ENTREVISTAS	47
ENTREVISTA 1	47
ENTREVISTA 2	50
ENTREVISTA 3	51
ENTREVISTA 4	53
ENTREVISTA 5	55
ENTREVISTA 6	56
APÊNDICE C: CLÃ, TRIBO E ÉTNIA	59
APÊNDICE D: PORTUGAL E O PANORAMA INTERNACIONAL	60
ANEXO A: FIGURAS	63
A.1 MAPA DA PROVÍNCIA MOÇAMBIQUE	63
A.2 DISTRITOS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE	64
A.3 ETNIAS NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE SEGUNDO A. RITA FERREIRA	65
A.4 ESPECTRO DA GUERRA DO GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS.....	66
A.5 EXEMPLO DE UM JORNAL DE PAREDE	66
A.6 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 1	67
A.7 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 2	67
A.8 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 3	68
A.9 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 4	69
A.10 RECONSTRUÇÃO DE UMA PONTE	70
A.11 CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE UM ALDEAMENTO	70
A.12 CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS	71
A.13 AEROGRAMA	71
A.14 PORMENOR DE UM JORNAL DE PAREDE	72

A.15 ARTIGO “VEM AÍ A PELUDA”	73
A.16 INTERESSE DESPERTADO PELO NOVO JORNAL DE PAREDE	74
A.17 O MISSÃO DO SOLDADO	74
A.18 ESCOLA EM FUNCIONAMENTO	75
A.19 AULA DE BOTÂNICA: PLANTAÇÃO DE UMA HORTA	75
A.20 OS ESCUTEIROS “CADETES DE MOÇAMBIQUE” NA CERIMÓNIA DE HASTEAR DA BANDEIRA	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A.1: Mapa da Província Moçambique.....	64
Figura A.2 Distritos da Província de Moçambique.....	65
Figura A.3 Etnias na Província de Moçambique segundo A. Rita Ferreira.....	66
Figura A.4: Espectro da Guerra do General Loureiro dos Santos.....	67
Figura A.5: Exemplo de um Jornal de Parede.....	67
Figura A.6: Panfleto de Acção Psicológica 1.....	68
Figura A.7: Panfleto de Acção Psicológica 2.....	68
Figura A.8: Panfleto de Acção Psicológica 3.....	69
Figura A.9: Panfleto de Acção Psicológica 4.....	70
Figura A.10: Reconstrução de uma ponte.....	71
Figura A.11: Construção de uma casa de um aldeamento.....	71
Figura A.12: Cerimónia de entrega de prémios.....	72
Figura A.13: Aerograma.....	72
Figura A.14: Pormenor de um Jornal de Parede.....	73
Figura A.15: Artigo “Vem aí a peluda”.....	74
Figura A.16: Interesse despertado pelo novo Jornal de Parede.....	75
Figura A.17: A missão do soldado.....	75
Figura A.18: Escola em funcionamento.....	76
Figura A.19: Aula de Botânica: plantação de uma horta.....	76
Figura A.20: Os escuteiros “Cadetes de Moçambique” na cerimónia de hastear da bandeira.....	77

INTRODUÇÃO

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) marca o “terminus” do mestrado em Ciências Militares – Arma de Infantaria, no ramo do Exército –, iniciado no ano lectivo de 2006 e frequentado na Academia Militar.

Com este trabalho, é-nos permitido pôr em prática e desenvolver capacidades de investigação, bem como alargar o nosso espectro de conhecimentos relativos à Guerra do Ultramar, um período que deixou a sua marca na História de Portugal e nas vidas de tantos portugueses, combatentes ou não, e, naturalmente, nos seus familiares.

As operações psicológicas são levadas a cabo, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra. A Acção Psicológica não tira partido do potencial de combate de uma forma convencional, mas pode ser vista como multiplicador do mesmo. Através deste tipo de operações, pode levar-se o inimigo a capitular, sem antes o empenharmos decisivamente em combate. Através da persuasão, pretende-se mudar a forma de pensar das gentes, bem como as suas atitudes perante determinadas matérias, o que irá, conseqüentemente, alterar os seus comportamentos.

Num período em que as grandes potências mundiais começam a libertar-se das suas colónias, Portugal não via com bons olhos a descolonização, pretendendo manter o “Império multi-continental e plurirracial”. Com o objectivo de manterem a posse das mesmas, os portugueses iniciam três campanhas, na África portuguesa, que os vai levar a enfrentarem um estilo de guerra completamente novo. Na época, a formação militar, adoptada pela generalidade dos países, baseava-se no conceito de “guerra convencional”, a qual empenhava grandes massas de exércitos, representantes de diversos “estados-nação”. Contudo, os portugueses não enfrentavam nenhum exército estadual, mas sim grupos rebeldes, os quais levavam a cabo operações de guerrilha. Estes rebeldes possuíam, no seu íntimo, um recurso que se poderia mostrar decisivo: a motivação que os fez desafiar um país e acreditar na vitória. Sendo este ideal a sua principal arma, os portugueses rapidamente verificaram que poderiam e necessitavam de levar a cabo operações de acção psicológica, de forma a retirarem aos rebeldes a vontade de lutar, e às populações, a ideia implementada da legitimidade da luta das guerrilhas. Os portugueses procuraram, desta forma, chegar ao coração dos autóctones e criar neles um sentimento “pro-lusitano”.

Venho, com este trabalho, juntar a minha curiosidade histórica pelos conflitos no Ultramar português à temática da Acção Psicológica, uma área que me desperta muito

interesse. Creio que se torna importante analisar a forma como estas técnicas procuram moldar e orientar a vontade das gentes, e a forma como as Forças Armadas tiraram partido delas.

Não se trata apenas de uma simples investigação de factos históricos, mas, ao mesmo tempo, de uma homenagem a todos os que tomaram parte na guerra, e que fizeram o melhor que sabiam sempre que lhes era dada a possibilidade para tal.

Devido ao espaço temporal que nos é garantido para a realização dos trabalhos, tornou-se necessário delimitar o tema sobre o qual nos debruçamos. Com esse fim, dentro da Guerra do Ultramar, escolhemos, como Teatro de Operações, a Província de Moçambique. A Acção Psicológica tratada centra-se unicamente na vertente militar, não nos debruçando sobre as acções da Administração Civil ou da Direcção Geral de Segurança. Embora desenvolvamos sobre a doutrina de Acção Psicológica, uma área referente a escalões mais elevados, é nosso objectivo cingir-nos ao que era feito pelas companhias.

Coloca-se aqui uma questão central: de que forma foi levada a cabo a Acção Psicológica, na Província de Moçambique, por parte das Companhias do Exército português?

Foi com uma pesquisa bibliográfica que se iniciou este trabalho. No âmbito da doutrina de Acção Psicológica, muitas fontes surgiram, desde livros doutrinários datados da Segunda Guerra Mundial, até fontes mais recentes e actuais. Porém, uma vez que analisamos uma época histórica concreta – a Guerra do Ultramar –, a doutrina portuguesa da época surgiu como sendo a referência mais plausível. Não nos interessa o que de novo foi feito posteriormente, nesta área, mas sim as bases de actuação dos nossos militares.

No entanto, quando surgiu a necessidade de descer aos casos práticos das companhias, deparámo-nos com um problema: a falta de dados bibliográficos concretos sobre a aplicação da doutrina de Acção Psicológica, ao nível das companhias e, especificamente, no teatro de Moçambique. Daí, a realização de algumas entrevistas semi-formais a combatentes que vivenciaram a guerra na primeira pessoa.

Dos quatro capítulos que compõem este trabalho, no primeiro, fazemos uma breve caracterização da Província de Moçambique, uma visão sobre a sua população e etnias, bem como os movimentos subversivos e o início do conflito armado; no segundo, analisamos alguma terminologia essencial para a compreensão do tema, desde a tipologia de guerra do Ultramar até ao caso específico da Acção Psicológica, contendo esta os fenómenos de propaganda, contra-propaganda e informação, bem como os princípios e

alguns meios de disseminação do primeiro; no terceiro, descemos aos aspectos específicos da propaganda sobre as populações e sobre os militares das nossas forças; no quarto e último capítulo, e para atingir o nosso objectivo, centramo-nos nas companhias: o que foi feito, a nível prático, no âmbito da Acção Psicológica.

CAPÍTULO 1

MOÇAMBIQUE: UM TERRITÓRIO EM GUERRA

1.1 INTRODUÇÃO

É importante, e uma vez que nos encontramos numa fase inicial deste trabalho, falarmos um pouco acerca do território ultramarino que foi Moçambique. Veremos quais eram as suas fronteiras geográficas, quais os principais rios que o atravessavam, o clima, não esquecendo a população, as suas origens, as suas características sociais e religiosas.

Analisaremos, também, os movimentos subversivos que surgiram na Província de Moçambique e o começo da guerra, bem como o início do interesse de Portugal pela guerra subversiva e acção psicológica.

Estas bases são boas fontes, para melhor compreendermos os restantes temas tratados ao longo do trabalho.

De referir que, para complementar o sub-capítulo 1.3, é aconselhável a leitura do Apêndice D, intitulado “Portugal e o Panorama Internacional”.

1.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Província de Moçambique localizava-se no sudeste do continente africano, abrangendo parte da costa oriental do mesmo, “entre 10° 27’ e 26° 52’ de latitude sul e entre 30° 12’ e 40° 51’ de longitude leste”¹. Como se pode verificar na figura A.1², fazia fronteira, a Norte, com a Tanzânia, desde a foz do rio Rovuma, ao longo do leito do mesmo, terminando a meio do lago Niassa, após a confluência do rio Rovuma com o rio Messinge; a Sul, com a República da África do Sul (também conhecida como província do Natal), “seguindo primeiramente o rio Maputo e depois o paralelo de 26° 52’ lat. S, até à Ponta Ouro” (Boléo, 1966, p. 10); a Oeste, com o Malawi, Rodésia (actual República do Zimbabué), República da África do Sul e Suazilândia (um protectorado da África do Sul), desde o lago Niassa até ao rio Maputo; a Este, desde a foz do rio Rovuma até à Ponta Ouro, contacta com o oceano Índico, ao longo de 2795³ quilómetros de costa.

¹ Raquel Soeiro Brito *In* (ISCSPU, 1964, p. 13).

² Ver Anexo A.

³ *In* (Boléo, 1966, p. 10).

Este território ocupava uma superfície de cerca 784 032⁴ km², quando tomadas em conta as águas portuguesas do Lago Niassa, tendo cerca de 771 125⁵ km² de superfície terrestre. Segundo John Cann, Moçambique cobria uma área de 784 961 km², o que corresponde a, sensivelmente, nove vezes a de Portugal.

As formas geográficas mais comuns são os planaltos e as escarpas acentuadas. As linhas de altura na zona do litoral moçambicano não sobem acima dos 200 metros, constituindo, estas zonas, 44% do território total do território. Os planaltos, entre os 200 e 1000 metros de altitude, cobrem uma zona de cerca de 43% do território total. A zona montanhosa de Moçambique, que equivale a 13% do território, vai desde os 1000 aos 2436 metros. O monte, com o pico mais alto do território, dá pelo nome de monte Binga, localizado no maciço de Chimanimâni, a oeste de Vila Manica, junto à fronteira com a Rodésia (Boléo, 1966).

Verificamos que “o território perde normalmente em altitude (...) de poente para nascente.” (Boléo, 1966, p. 16); por isso, os rios descrevem uma deriva predominante na direcção oeste – este, desde o interior até ao litoral, desaguando no Oceano Índico. Os rios moçambicanos “são em regra pouco navegáveis” (Boléo, 1966, p. 17), devido à turbulência do seu caudal e aos seus habituais baixos fundos. São mais volumosos e abundantes no norte e centro do território, não sendo muito significativos no sul, uma zona menos pluviosa (Boléo, 1966). Os rios mais significativos de Moçambique são os seguintes: Rovuma, Lugenda, Messalo, Montepuez, Lúrio, Ligonha, Chirua e Luala na zona norte; Zambeze, Revue e Save na zona centro; e Changane e Limpopo na zona sul.⁶

Quanto ao clima, é tropical e existem duas grandes estações: a estação das chuvas e a estação seca. Durante a estação das chuvas, a precipitação e as trovoadas são abundantes, e as temperaturas elevadas. Esta estação vai, normalmente, de Novembro a Abril, seguindo-se a estação seca, com pouca chuva e descidas de temperatura. Na zona norte e centro do território, as chuvas são muito abundantes, enquanto, no sul, os níveis de pluviosidade são mais reduzidos. É por isso que existem mais rios nas zonas centro e norte do que no sul (Boléo, 1966).

⁴ In (Boléo, 1966, p. 10).

⁵ Raquel Soeiro Brito In (ISCSPU, 1964, p. 13).

⁶ Ver Imagem A.1 In Anexo A.

1.2.1 A POPULAÇÃO

“Um dos maiores valores do nosso Ultramar é a sua população” (ME, Acção Psicológica, 1967). A população da província de Moçambique contava com cerca de 6 600 000⁷ habitantes no ano de 1960 (6 603 653⁸ no mesmo ano). Esta população encontrava-se dividida por três estratos sócio-económicos. A sua grande maioria, 94%⁹, era composta por africanos que viviam nas zonas rurais da província. Cerca de 3,5%¹⁰ eram elementos de várias raças a viverem nas imediações periféricas das cidades – deste grupo, faziam parte africanos que pretendiam “destribalizar-se”¹¹. Por fim, cerca de 2,5%¹², correspondia a uma “minoría ocidentalizada e, na sua grande totalidade, urbanizada”¹³, constituída por europeus, asiáticos e alguns africanos que trabalhavam nas urbanizações ou, então, nas grandes explorações agrícolas e mineiras.

A província de Moçambique estava dividida em nove distritos. Como podemos observar na figura A.2¹⁴, na zona Norte (a norte do Rio Zambeze) temos o distrito do Lago Niassa, o de Cabo Delgado, o de Nampula, o de Quelimane e o de Tete; na zona Centro (entre o Rio Zambeze e o Rio Save), o distrito da Beira; e, na zona Sul, os distritos de Inhambane, de Gaza e o de Lourenço Marques (capital da província).

A população autóctone da província de Moçambique era constituída por vários grupos étnicos, que resultavam do agrupamento de várias tribos, com origem em clãs diversos que agrupavam várias famílias¹⁵. Para melhor compreender estes conceitos, consultar o Apêndice C. Quando as etnias partilham a mesma linguagem, admite-se o termo “grupos etno-linguísticos” (Garcia, 2003, p. 49). Não é possível conhecer, ao certo, todas as tribos e clãs, uma vez que, muitos deles, pouco ou nenhum contacto estabeleciam não só com os portugueses como também com os outros grupos étnicos.

Devido ao choque entre a cultura portuguesa e as culturas indígenas, a relação entre estas duas realidades conta com várias lutas sangrentas ao longo dos anos anteriores à

⁷ In (Boléo, 1966, p. 44).

⁸ In (Cann, 2005, p. 26).

⁹ A. Lima de Carvalho In (ISCSPU, 1964, p. 127).

¹⁰ A. Lima de Carvalho In (ISCSPU, 1964, p. 127).

¹¹ Termo usado por A. Lima de Carvalho para referir o fenómeno de abandono dos sistemas sociais, culturais e económicos de origem nativa, uma espécie de “ocidentalização”.

¹² A. Lima de Carvalho In (ISCSPU, 1964, p. 127).

¹³ A. Lima de Carvalho In (ISCSPU, 1964, p. 127).

¹⁴ Ver Anexo A.

¹⁵ É a unidade fundamental de uma sociedade africana típica “que funciona como elemento mítico-espiritual, social e até juridicamente solidário.” (Garcia, 2003, p. 260).

Guerra do Ultramar. Os portugueses consideraram, então, ser importante “conhecer os povos que habitavam o vasto território sobre o qual tinham, mas não exerciam de facto, direitos de soberania.” (Garcia, 2003, p. 49). Ao fazê-lo, verificaram que as diferenças entre etnias/tribos/clãs eram, por vezes, tão acentuadas, que se tornava extremamente difícil realizar a simples tarefa de os organizar por grupos. Vou, então, apresentar três tipologias de diferentes autores, quanto aos grupos étnicos existentes em Moçambique. Alerto que os nomes das etnias surgem escritos de formas diferentes, devido a diversas adaptações das línguas locais para o nosso português.

Segundo o Dr. Oliveira Boléo, existem quatro grandes grupos étnicos: os Tongas, os Carangas, os Nhanjas e os Macuas. O grupo dos Tongas situava-se, maioritariamente, a sul do Rio Save. Era constituído por sub-grupos como os Changanas, os Chopes, os Tsuas e os Rongas. Na zona centro, entre os rios Zambeze e Save, havia o grupo dos Carangas. Os Nhanjas, com os sub-grupos Vanhúnguès, Atandes, Ajuas, Anguro, Sengas e Maganjas, ocupavam o distrito do Lago Niassa e o vale do Rio Zambeze. O grupo Macua – cujos sub-grupos são os Lómuès, os Chacas, os Medos, os Acherimas, os Podzos e os Macondes – estende-se desde o norte do Rio Zambeze até ao Rio Rovuma, nos distritos de Cabo Delgado, Nampula, Quelimane, e numa pequena faixa do distrito do Lago Niassa.

Podemos encontrar quinze grupos linguísticos diferentes. Verifica-se, também, que etnias diferentes podem falar uma mesma língua, daí não considerar o autor os anteriores grupos de “grupos etno-linguísticos”. São grupos linguísticos os seguintes¹⁶: Suahili, Maconde, Macua, Chuabo, Nhanja, Nesenga, Tauara, Shona, Tsua, Thonga, Ronga, Chope, Tonga e Suazi. Dentro destes grupos linguísticos, existem, ainda, variadíssimos dialectos.

Para A. Rita Ferreira, citada por José Júlio Gonçalves¹⁷, a população autóctone divide-se em dez grupos étnicos: os Yaos, os Makondes, os Swahilis, os Makwa-Lomwe, os Povos do Baixo Zambeze, os Maravis, os Tongas, os Shonas, os Chopis e os Ngunis¹⁸.

O Tenente-coronel Francisco Proença Garcia divide os nativos em dez grupos: Suaíli, Marave, Macua-Lomué¹⁹, Chona, Chope, Tonga, Angoni, Maconde, Ajaua e Povos do Baixo Zambeze. Os Suaílis, os Maraves (cerca de quinze tribos), os Macuas (vinte e

¹⁶ *In* (Boléo, 1966).

¹⁷ *In* (ISCSPU, 1964).

¹⁸ Ver figura A.3 *In* Anexo A.

¹⁹ São “o grupo mais significativo, representavam em 1960 42% da população moçambicana.” (Garcia, 2003, p. 255).

uma tribos), os Angonis (seis tribos), os Ajauas e os Macondes (quatro tribos) localizavam-se a norte do rio Zambeze; os Chonas (onze tribos) e os Povos do Baixo Zambeze (dez tribos), na zona centro da província; e os Chopes (três tribos) e os Tongas (nove tribos), a sul do rio Save.

Como podemos observar, muito dificilmente conseguiriam os portugueses unificar todas estas etnias, as quais mantinham, para além de grandes diferenças culturais, relações por vezes conflituosas entre elas. Não existia um sentimento de pertença a um país. Se questionássemos um indivíduo do Norte da Província de Moçambique quanto à sua nacionalidade, ele, muito provavelmente, não diria “portuguesa”, mas sim “maconde” ou “makua”. Todavia, as entidades portuguesas viam, neste aspecto, não uma causa perdida, mas um ponto a seu favor: o conceito napoleónico de “dividir para conquistar”. Os rebeldes, pelo contrário, tentavam fomentar a coesão das etnias para dificultarem a acção portuguesa, “dado o tribalismo ser um dos maiores obstáculos com que se deparava²⁰” (Garcia, 2003, p. 247). Tornava-se complicado, para os elementos das diferentes etnias, entenderem o sentido de coesão, uma vez que só estavam habituados a correlacionar-se com as suas tribos e os seus clãs (Garcia, 2003).

Quanto à religião, as etnias dos autóctones praticavam actividades religiosas tradicionais, tais como animismo²¹, totemismo²² e magia²³. Pelo ano de 1960, cerca de 67%²⁴ da população moçambicana seguia o culto da religião tradicional. Das religiões estrangeiras, eram duas as marcavam presença na província de Moçambique: o Cristianismo e o Islamismo. A zona norte, entre os rios Rovuma e Zambeze, estava sob bastante influência islâmica, à excepção dos Macondes, que professavam quer o cristianismo, quer as religiões tradicionais. As zonas a sul do rio Zambeze estavam maioritariamente sob influência cristã. No ano de 1963, a Igreja Católica tinha seis

²⁰ Relativo à subversão.

²¹ Crença na existência de vida e alma em todas as coisas que nos rodeiam, mesmo nas inanimadas.

²² “Forma primitiva de expressão religiosa baseada na crença de que existe um parentesco e uma afinidade de destino com um animal, uma planta ou uma realidade natural. O totem é considerado como um ser superior e como antepassado da tribo ou do clã, de que é protector. Este ser assim privilegiado garante a continuidade da espécie. Está ligado à vida genética, o seu poder protector assegura a fecundidade das mulheres; é ele que mantém os laços de sangue e dá a solidariedade de participação na mesma força vital que encarna e que é preciso respeitar em todos os actuais membros; assim se torna uma força social de coesão do grupo. Esta comunidade de sangue impõe por vezes a prática de exogamia.” (Birou, 1982, p. 408).

²³ “conjunto das crenças e práticas que se referem à produção de efeitos preternaturais, mediante captação de forças invisíveis ou utilização de espíritos para esse fim. O domínio de magia não é muito preciso: alguns incluem nele a feitiçaria, outros os contactos activos com realidades sobrenaturais; uns opõem-no à religião, ou atribuem a estas práticas um carácter clandestino, outros vêem nela um primeiro esforço pré-racional do homem primitivo a fim de dominar o seu meio.” (Birou, 1982, p. 237).

²⁴ *In* (Garcia, 2003, p. 258).

Dioceses em Moçambique: Lourenço Marques, Quelimane, Porto Amélia, Tete, Inhambane e Vila Cabral (Garcia, 2003).

Os líderes políticos das povoações eram conhecidos como régulos²⁵. No entanto, não era o régulo que detinha a liderança efectiva do povo, mas sim o chefe religioso²⁶. Ele “detém as prerrogativas religiosas e mágicas, dá conselhos e administra a justiça.” (Garcia, 2003, p. 257). Era um elemento muito respeitado, geralmente ancião, que detinha a capacidade de comunicar com os mortos, para ouvir os conselhos dos antepassados. As decisões do régulo dependiam dos conselhos do *humu*, bem como da sua irmã mais velha²⁷ - uma figura feminina mítica representativa da origem da família. Para estabelecer contacto com estas populações, é necessário compreender estas figuras relevantes. Falar com o régulo, desprezando a presença do *humu*, poderia ser visto como um ultraje para com a tribo. (*Idem*)

1.3 O INÍCIO DA GUERRA

1.3.1 OS MOVIMENTOS SUBVERSIVOS

Os primeiros movimentos que desafiaram o regime português têm origem nos anos trinta, década em que o jornal moçambicano “Brado Africano” publica um editorial de índole nacionalista com o título “Basta!”. As práticas repressivas do Estado Novo, bem como as práticas laborais abusivas dos colonizadores vieram aumentar, cada vez mais, o clima de revolta entre os colonos (Cann, 2005).

Em Abril de 1955 realiza-se, em Bandung (Indonésia), uma conferência dos países não-alinhados, ou países de Terceiro Mundo, ou ainda “povos mudos do mundo”²⁸, organizada pela Índia, Sri Lanka, Birmânia, Paquistão e Indonésia. Esta conferência considerou que “a sujeição dos povos à exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos humanos elementares e era contrária à Carta das Nações Unidas (a que a Conferência aderira inteira e plenamente), bem como à Declaração Universal dos Direitos do Homem” (Garcia, 2003, p. 55). No comunicado final, a conferência considerou “como um dever dos países ajudar os povos não independentes a ascender à soberania” (Afonso e Gomes, 2010, p. 11).

²⁵ *Mwene kaya*.

²⁶ *Humu*.

²⁷ *Apwiyamwene*.

²⁸ Expressão de Sukarno, presidente da Indonésia de 1945 a 1967.

O conflito que se avizinhava era de prever. A partir de 1958, regista-se o envio de alguns oficiais para frequentarem cursos de especialização militar em Espanha, Bélgica, EUA, Grã-Bretanha e França, e também missões de observação em colaboração com o exército francês na Argélia, para tomarem conhecimento do conceito de guerrilha, e tirarem partido das lições aprendidas e da doutrina dos franceses. Os relatórios das missões na Argélia referiam a importância de conquistar a população através da Acção Psicológica, tornando-a menos disposta à subversão. Assim, dá-se um passo muito importante no interesse pela acção psicológica, que iria ser aplicada durante os conflitos no Ultramar português.

Em 1960, os objectivos estratégicos militares alteram-se. “A ameaça principal deixa de situar-se na Europa e passa a situar-se em África, dirigida contra os territórios africanos” (Afonso e Gomes, 2010, p. 20). O país preparava-se para uma iminente guerra subversiva nas províncias ultramarinas.

Os movimentos clandestinos começavam a nascer. No entanto, tinham lugar entre os nativos mais letrados que viviam nos grandes centros urbanos. Logo, pode-se afirmar que estavam em terreno hostil, já que a maioria da população branca também vivia nas cidades. Outro aspecto a salientar prende-se com o facto de ser “aí que a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) operava com mais eficácia.” (Cann, 2005, p. 43). A sua acção era de tal forma eficaz que os “partidos viram-se obrigados a dirigir os seus assuntos a partir dos estados vizinhos” (*Idem*, p. 44).

No ano de 1960, a população Maconde manifestou-se diversas vezes, contestando os preços irrisórios a que eram obrigados a vender os seus produtos aos “brancos”, e ainda outras leis como a que obrigava as famílias a pagarem os impostos dos seus familiares que estavam emigrados noutros países. Estes movimentos estavam relacionados com a acção da Sociedade dos Africanos de Moçambique (SAM), que desejava alcançar a “liberdade do povo Maconde”²⁹. No dia 16 de Junho, reuniu-se um grupo de cerca de 5000 macondes junto ao posto administrativo de Mueda. Este ajuntamento não foi isolado, vinha na sequência da prisão de sete elementos macondes, no mês de Abril, por pedirem ao administrador autorização para distribuir panfletos da SAM, com intuítos de beneficência. Até ao mês de Junho, vários ajuntamentos tiveram lugar na zona do posto de administração, cada um com mais aderentes que o anterior. A multidão desafiou o

²⁹ Conhecida por *Uhulu*.

administrador, ao manter-se sentada durante a cerimónia do hastear da bandeira nacional. E, aquele, depois de dialogar com os responsáveis do movimento, ordenou a prisão dos mesmos, o que levou à revolta da multidão. Um pelotão de Infantaria interveio, resultando vários mortos³⁰. Este acontecimento destacou-se pela sua singularidade e dimensão, e marca o início de um período conturbado na província de Moçambique (Afonso e Gomes, 2010).

Algumas das organizações mais importantes foram a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), criada em Outubro de 1960 na Rodésia do Sul; a União Maconde de Moçambique e Tanzânia (UMMT), criada, em 1958, por um grupo de macondes fixados na Tanzânia; a União Nacional Africana de Moçambique (UNAM), fundada na Tanzânia em 1959; a União Nacional do Moçambique Independente (UNAMI), em 1961; e a FUNIPAMO ou Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique (ISCSPU, 1964).

A 25 de Junho 1962, surge a organização que mais relevo teve na luta contra as tropas portuguesas: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Juntaram-se a ela alguns elementos da UDENAMO, UNAMI e UNAM, mediante a chefia do Dr. Eduardo Mondlane. Eduardo Mondlane exigiu, então, às chefias destas três organizações “no prazo de noventa dias, a transferência de todas as existências na sua posse e *contrôle* para aquele mesmo Conselho Supremo da FRELIMO.” (ISCSPU, 1964, p. 328). Este comportamento foi tomado como uma afronta para Adelino Gwambe³¹, o que deu origem a um grave desentendimento, “mais devido a rivalidades pessoais que a diferenças ideológicas” (Afonso & Gomes, 2010, p. 184), levando à criação do COREMO ou Comité Revolucionário de Moçambique (Afonso e Gomes, 2010).

Embora o COREMO contasse com pouco apoio popular, capacidade de organização e recurso diminutos, ainda levou a cabo algumas acções de guerrilha, não só contra forças portuguesas, como também contra a própria FRELIMO. Contudo, “Em 1971, o COREMO já se encontrava esvaziado de significado, quer militar, quer político, não sendo sequer reconhecido como movimento de libertação pela OUA.” (Garcia, 2003, p. 143). Com o final da guerra, Adelino Gwambe foi executado, acusado de traição.

³⁰ Segundo (Afonso e Gomes, 2010), 20 pelo relatório militar, 30 pelo relatório da administração, 150 a 600 por fontes da FRELIMO.

³¹ Na altura presidente da UDENAMO.

A 24 de Agosto de 1964 elementos UNAM entraram na Missão de Nangololo e, numa tentativa de recrutarem adeptos para a causa subversiva, mataram um padre holandês de nome Daniel Boormans, procurando “criar um clima psicológico propício com a morte de um branco” (Afonso e Gomes, 2010, p. 243). Contudo, o início do conflito só ocorreu no mês seguinte. Em Setembro, a FRELIMO atacou os postos administrativos de Chai (na província de Cabo Delgado) e de Cobué (província do Lago Niassa); ao mesmo tempo, foram cortadas várias linhas telefónicas e destruídas pontes em Palma, Mocímboa da Praia e Nangade, de maneira a tentar dificultar as movimentações das tropas portuguesas. E assim se deu início à luta armada na Província de Moçambique.

CAPÍTULO 2

AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, faremos um esclarecimento acerca de alguma terminologia essencial para a compreensão do tema, realizando a ligação entre a tipologia de guerra do Ultramar com as Operações Psicológicas, descendo, depois, até ao caso específico da Propaganda. Com isto, falaremos dos fenómenos de propaganda, contra-propaganda e informação, bem como dos princípios e alguns meios de disseminação do primeiro.

2.2 TERMINOLOGIA INICIAL

Este trabalho, como foi referido anteriormente, versa sobre as Operações Psicológicas no âmbito da Guerra do Ultramar (Teatro de Operações – Moçambique). Para compreendermos o tema, temos que definir alguns conceitos essenciais.

A Guerra do Ultramar, analisando segundo a sistematização da natureza e da tipologia dos conflitos armados presente no Regulamento de Campanha (2005), é uma Guerra Informal Assimétrica (assimetria negativa), “opondo entidades estatais a entidades não-estatais, num contexto de tentativa de afirmação do poder por parte da entidade estatal.” (MDN, 2005, p.5). É considerada uma guerra subversiva, fazendo parte das “geralmente guerras internas” (Ibidem).

Guerra subversiva é uma guerra interna³², levada a cabo pela população, “ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de (...) pelo menos paralisar a sua acção” (Couto, 1988, p. 158). É a técnica de “assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar, e pôr em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo.” (Garcia, 2003, p. 117). Em resumo, é a “forma da estratégia se manifestar num conflito contra um poder estabelecido; a contra-subversão é a forma utilizada pelo poder para se lhe opor. A subversão usa a iniciativa, a contra-subversão é, normalmente, reactiva.” (Barrento, 2010, p. 246).

É comum dizer-se que a URSS apoiava os movimentos rebeldes e que os influenciava, transmitindo-lhes uma ideologia de base marxista-leninista. Inicialmente, a

³² Segundo o esquemático do “Espectro da Guerra” do General Loureiro dos Santos. Ver figura A.4 In Anexo A.

FRELIMO não se afirmava como seguidora do ideal comunista, embora, a partir de 1969, essa corrente política se tornasse cada vez mais evidente. Apenas em 1977 é que o líder da FRELIMO³³ admite a ligação ao ideal marxista, defendendo, porém, que a “ideologia política não surgiu como produto de uma importação, mas sim do processo de luta interna entre classes, que permitiu o assumir e interiorizar dos fundamentos do socialismo científico, situação que terá contribuído para o próprio desenvolvimento daquela ideologia” (Garcia, 2003, p. 135). Assim, embora existam divergências quanto a este aspecto, podemos afirmar que se tratava, ao mesmo tempo, de uma guerra revolucionária.

Guerra Revolucionária é uma “luta total animada por fortes convicções ideológicas (...) Tem por objectivo fundamental a implementação do comunismo pela acção violenta” (Ribeiro, 2008, p. 164). Este tipo de guerra parte do pressuposto “de que forças em número inferior conseguiriam derrotar um exército convencional se conseguissem o apoio tático da população.” (Cann, 2005, p. 66). Uma guerra subversiva pode ser uma guerra revolucionária, mas uma guerra revolucionária é sempre uma guerra subversiva (Garcia, 2003). O Tenente-Coronel Proença Garcia considera como bons exemplos de guerras subversivas/revolucionárias “os conflitos em África, como os de Angola, de Moçambique e da Guiné.” (Garcia, 2003, p. 119).

A guerrilha “é uma forma de luta conduzida por elementos ligeiros actuando numa zona controlada pelo adversário” (IAEM b. , 1960, p. 5), que é muito usada na guerra subversiva.

Como se torna evidente, não é fácil combater este tipo de acções partindo de uma estratégia puramente directa. Daí, a importância do uso da Estratégia Indirecta, que é definida pela “manera más efectiva de transtornar el equilibrio psicológico y físico del contrario y acer asi posible su derrubamiento.”³⁴. António Barrento define-a, ainda, como “aquela em que o esforço é feito nas estratégias gerais, diplomática, económica, psicológica, e na qual a estratégia militar tem apenas uma função auxiliar.” (Barrento, 2010, p. 209). Partindo desta definição, avançamos para o âmbito psicológico. É aí que surgem as operações psicológicas.

³³ Samora Machel.

³⁴ Liddell Hart *Apud* (Garcia, 2003, p. 105) Tradução livre de autor: a maneira mais efectiva de transtornar o equilíbrio psicológico e físico do adversário e tornar, assim, possível a sua derrota.

Segundo o AAP-6³⁵ da NATO, as operações psicológicas são “Planned psychological activities designed to influence attitudes and behaviour affecting the achievement of political and military objectives”³⁶ (NATO, 2010, p. 10). As “psychological activities” dão pelo nome de acção psicológica.

A Acção Psicológica é um “conjunto de medidas diversas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças, as emoções e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios humanos amigos, neutros e adversos”³⁷ Podemos dizer, também, que “consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e comportamentos dos meios amigos, neutros e adversos...” (EME a. , 1963, p.1).

Falando de uma forma geral, a Acção Psicológica pode abranger três áreas distintas: a área política, a área comercial e a área religiosa. A acção psicológica dedicada à política dá pelo nome de “Propaganda”; à área comercial, “Publicidade”; e à religião, “Apostolado” (DN, 1963).

Propaganda é uma “comunicação deliberadamente calculada para formar, controlar ou alterar as massas para obter vantagem, directa ou indirecta, ao patrocinador.”³⁸ Contra-propaganda é o mesmo que propaganda, porém com o objectivo de neutralizar a propaganda do inimigo/adversário. As técnicas de propaganda são geralmente usadas na “procura de induzir opiniões e comportamentos por diversos métodos de pressão, para a modificação e persuasão, ou de conversão dos espíritos, para recrutar ou expandir um ideal.” (Garcia, 2003, p. 124).

2.3 ACÇÃO PSICOLÓGICA: PROPAGANDA, CONTRA-PROPAGANDA E INFORMAÇÃO

A finalidade da Acção Psicológica é diminuir a vontade de combater do inimigo, reforçar a moral das nossas forças e obter apoio dos elementos neutros, difundindo um conjunto de ideias que levem o público-alvo a desenvolver comportamentos que nos sejam

³⁵ Glossary of Terms and Definitions.

³⁶ Tradução livre de autor: actividades psicológicas planeadas desenvolvidas para influenciar as atitudes e os comportamentos, atingindo objectivos militares e políticos.

³⁷ Instituto de Altos Estudos Militares *Apud* (Lages Ribeiro, 2008, p. 2).

³⁸ J. Collins *Apud* (Lages Ribeiro, 2008, p. 271).

favoráveis. Desta forma, a Acção Psicológica pode ser realizada³⁹ através de três formas: a propaganda, a contra-propaganda e a informação.

A propaganda é feita “através de mensagens, breves e claras, altamente selectivas de forma a dar uma visão parcial dos problemas, não os apresentando claramente, maximizando ou minimizando determinados factos e distorcendo outros, se tal for necessário” (Queijo, 2001, p. 23). Ao moldar a maneira de pensar dos indivíduos que estão sujeitos à sua acção, a propaganda é levada a cabo ao longo de três etapas essenciais. Em primeiro lugar, pretende captar a atenção das pessoas através da surpresa. Uma imagem forte num cartaz ou panfleto, uma música apelativa acompanhada de uma voz intensa e vibrante, podem ser o ponto de partida para o sucesso da propaganda. Depois de captada a atenção, o objectivo é despertar o interesse do público, para que, com a sua atenção e interesse, nos seja mais fácil impor a ideia que pretendemos transmitir.

Quanto à origem, a propaganda pode ser branca, cinzenta ou negra⁴⁰. Quando a origem da propaganda é conhecida e oficial considera-se propaganda branca; quando se procura lançar elementos de campanha sem ser claro quanto à sua origem, diz-se que é cinzenta; quando a origem se faz crer diferente da verdadeira, falamos de propaganda negra.

Existem variadíssimas técnicas, para levarmos a cabo a propaganda. As mais comuns são⁴¹: a aceitação, a surpresa, a simplificação, a repetição e orquestração, a argumentação, a unanimidade e contágio, a ampliação, a derivação, a sugestão e insinuação, e o terror.

Com a “aceitação” queremos criar, junto dos indivíduos, um “estado de espírito favorável à recepção das ideias a difundir” (EME a. , 1963, p. 7). É importante criar todo um ambiente sedutor e, ao mesmo tempo, credível, para que a propaganda seja tida em conta. A Acção Social, da qual falamos mais à frente, desempenha um papel muito importante nesta área. A técnica da surpresa, como já referimos, aumenta a receptividade do indivíduo com a captação da sua atenção.

A técnica da simplificação é muito importante, uma vez que as doutrinas por detrás das campanhas de propaganda são, normalmente, complexas demais para serem entendidas e absorvidas por todos os elementos alvo. Temos que compreender que o público sobre o

³⁹ De acordo com a doutrina portuguesa de Acção Psicológica de 1963.

⁴⁰ (Queijo, 2001).

⁴¹ (EME a. , 1963, p. 7).

qual é levada a cabo a propaganda, na maioria das vezes, não é homogénio. O nível cultural, a formação académica, os conhecimentos políticos, bem como a faixa etária e a experiência são elementos que não costumam estar homogeneizadamente distribuídos pelos indivíduos, o que significa que devemos simplificar, ao máximo, a informação que queremos transmitir. Assim, pretende-se centrar a atenção numa frase curta e simples⁴², que transmita a ideia central, acompanhada, sempre que possível, por um símbolo⁴³ atraente, simples e fácil de reproduzir, e bastante apelativo.

A “repetição” não é mais que repetirmos a ideia que queremos transmitir de uma forma constante e contínua. Tal aspecto parece desafiar o nosso intelecto; porém esta técnica é vastamente usada na publicidade⁴⁴, com resultados favoráveis. Ao ouvirmos uma frase repetida várias vezes durante um discurso, ao passarmos na rua e vermos a mesma frase escrita em vários cartazes, ao falarmos com outras pessoas e repararmos que essa própria frase começa a ser usada por nós durante simples conversas de situação, estamos perante o fenómeno da repetição. Devemos proceder, de tempos a tempos, à “orquestração”, alterando as formas estéticas de apresentação das mesmas ideias, para evitarmos incorrer em saturação. Podemos, também, fazer algumas paragens, para permitirmos que essas ideias amadureçam e se desenvolvam na psique dos indivíduos.

A “argumentação” é essencial, para que as nossas ideias possam ser aceites com mais naturalidade. Ao apresentarmos factos palpáveis daquilo que defendemos, a nossa imagem torna-se mais credível. As provas podem constar de fotografias, documentos oficiais, declarações de figuras públicas, dados estatísticos, entre outros.

A técnica de unanimidade e contágio pretende passar uma mensagem de que a ideias expressas na nossa propaganda exprimem um sentimento da maioria da população⁴⁵. Com isto, o objectivo é levar a que uma maior quantidade de indivíduos se juntem à nossa causa, visto o conformismo⁴⁶ representar uma necessidade para muitos. A realização de desfiles, de reuniões em massa, de palestras com uma grande audiência pode ser um bom auxiliar desta técnica. A presença de muitas pessoas num desfile pode não representar uma adesão de todas elas à causa que se defende. Contudo, a imagem que passa é de que muitas pessoas estão do nosso lado e que nos apoiam, uma imagem de força e união. O ambiente

⁴² Slogan.

⁴³ É a “expressão mais simples de uma ideia” (EME a. , 1963, p. 8).

⁴⁴ Propaganda comercial.

⁴⁵ Um bom exemplo, presente na linguagem do nosso dia-a-dia, é o da utilização da expressão “toda a gente sabe que...”. De uma forma inata, aplicamos, por vezes, esta técnica.

⁴⁶ “Aceitação das normas e dos costumes dominantes sem questionação” (Dic, 2008, p. 400).

emotivo que reveste estas manifestações públicas, repletas de símbolos e palavras-de-ordem, é um forte catalisador da nossa acção psicológica.

A “ampliação” leva-nos a tirar o máximo partido de toda e qualquer informação que nos seja favorável, aumentando as suas proporções. Imaginemos uma situação em que uma aldeia foi massacrada por rebeldes. Vamos fazer por espalhar este acontecimento entre a população, de modo a reforçar a nossa propaganda. Da mesma forma, vamos minimizar todos os acontecimentos que não nos sejam favoráveis.

A “derivação”⁴⁷ consiste em “captar e aproveitar, em benefício de um determinado programa, certos sentimentos, tendências e atitudes incrustadas na opinião pública.” (EME a. , 1963, p. 10). Podemos usar, como exemplo, uma típica campanha xenófoba, na qual referimos que “os imigrantes devem ser expulsos de Portugal”. A maioria das pessoas não vai aderir, com facilidade, a uma ideia deste tipo. Porém, se escolhermos certas áreas, que despertem interesse e medo à população, e as correlacionarmos com a nossa ideia, o efeito já deverá ser outro. Pegando no exemplo anterior, poderia ser o correlacionamento com temas como o aumento da criminalidade violenta e a elevada taxa de desemprego no país. Não estando necessariamente relacionados com a ideia que defendemos, muitas pessoas iriam repensar os seus pontos de vista e até aderir à causa da propaganda.

A técnica de sugestão consiste na simples apresentação de algumas suposições, sem tentar impô-las à força junto do público. Isto porque parece “ser mais eficaz sugerir do que teimar em convencer: o homem prefere acreditar que pensou por si mesmo em vez de admitir que lhe foi imposto um pensamento.” (*Ibidem*). A “insinuação” é uma forma de sugestão, que leva a fazer surgir, nas mentes dos indivíduos, certas conclusões que não foram claramente proferidas por nós. O aproveitamento de uma fotografia sugestiva, como a de um prisioneiro mal tratado pelo nosso adversário, transmite um sentimento fortíssimo, sem que seja necessário afirmarmos que ele não respeita os nossos soldados. As mudanças na cadência e no tom de voz do orador, ao longo de um discurso, fazem-nos prestar atenção às partes do mesmo que mais interessa salientar.

O “terror” consegue a adesão dos indivíduos, através da maximização dos sentimentos de medo relativos ao adversário, por forma a “inibir as faculdades de raciocínio” (Idem, p. 11). O pânico pode levar as pessoas a aderirem a movimentos que apresentem ideologias não compatíveis com as suas crenças.

⁴⁷ Pode ser também chamada de “transferência de culpa” ou técnica do “bode expiatório”.

Num último estágio de propaganda, quando o nosso adversário já se encontrar abatido e a sua vontade de combater enfraquecida, podemos avançar para a propaganda de “rendição”. Esta pretende passar a ideia de que o nosso movimento não consegue ser vencido, que é inútil lutar, convidando os nossos adversários a entregarem-se, sempre com a promessa de serem bem tratados.

Como podemos ver, a Acção Psicológica engloba várias particularidades que a tornam num meio complexo, mas viável, de acção sobre os indivíduos. No entanto, os portugueses não eram os únicos a realizar acção psicológica sobre as populações. O mesmo era feito pelos movimentos de libertação que actuavam na província de Moçambique. De forma a combater, “rebater e neutralizar a propaganda adversa” (EME a. , 1963, p. 12), vamos tirar partido de duas variantes da propaganda, que são: a contrapropaganda e a informação.

O objectivo da contrapropaganda é desacreditar a propaganda inimiga, que deve ser acompanhada sempre pela acção da “informação”, baseada na “comunicação de notícias, factos, comentários e explicação, com a finalidade de esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objectivamente a sua opinião.” (Idem, p. 15). A contra-propaganda, ao ser uma especificidade da propaganda, rege-se pelas mesmas técnicas. Todavia, algumas são específicas da contra-propaganda. Falamos das técnicas de antecipação, refutação, diversão, reciprocidade, curto-circuito, minimização e silêncio.

É objectivo primordial da contra-propaganda antecipar-se à acção do adversário, contando com o factor surpresa. Quando surgem ataques direccionados às nossas forças, devem ser imediatamente refutados, ponto a ponto, de uma forma directa, ou ainda trabalhados, de forma a tornar tais afirmações proveitosas para as nossas tropas. Esta técnica pode acabar, no entanto, por fazer chegar as informações aproveitadas pelo adversário a um conjunto de população que ainda não tinha estado sobre a sua influência. Devido a este facto, quando a acção do inimigo for limitada no espaço, devemos optar pela técnica do silêncio, e nada dizer relativamente aos ataques, esperando que passem os seus efeitos.

A “diversão” e a “reciprocidade” são duas técnicas bastante úteis quando o inimigo apresenta argumentos fortes de difícil refutação. Nestes casos, tanto podemos lançar um novo argumento que seja susceptível de captar a atenção dos indivíduos, uma manobra de diversão, ou, então, “atacar com um argumento de natureza semelhante” (Idem, p. 14). Se os rebeldes dizem que as nossas tropas dispararam sobre uma população, podemos atacar

com factos que demonstrem que os mesmos massacraram uma povoação inteira que se negava a dar informações sobre as nossas tropas.

O “curto-circuito” é utilizado quando a propaganda inimiga actua sobre diferentes tipos de grupos sociais. Os rebeldes, tal como as nossas tropas, actuam de formas diferentes, de acordo com o grupo social visado pela campanha. Por vezes, os argumentos usados em diferentes grupos podem entrar em choque. Se expusermos publicamente os argumentos que o inimigo usou nos vários meios onde actuou, é possível descridibilizar a sua propaganda. “Por exemplo: dar a conhecer a um meio intelectual um tema difundido pelo adversário num meio operário, através do qual esse adversário pretende pôr este segundo meio em guarda contra as elites intelectuais.” (EME a. , 1963, p. 14).

Quando estas técnicas não possam ser usadas, temos que nos limitar a minimizar a importância das questões apresentadas pelas campanhas adversas.

A informação é indispensável na luta contra a propaganda do adversário, por forma a credibilizar a nossa actuação e as nossas ideias. Deve ser verdadeira, para não darmos azo ao aproveitamento por parte dos adversários, baseando-se em factos irrefutáveis. Deve ser oportuna, surgindo na altura exacta. Significa, portanto, que deve chegar ao público visado antes de este ser submetido à acção da propaganda adversária, para que se mostre menos receptivo à campanha adversária. Quando tal não for possível, o esforço deve ser desenvolvido no espaço de tempo mais curto possível, para anular a propagação dos efeitos da propaganda dos rebeldes. A informação deve ser adaptativa, actuando não segundo um processo padronizado, mas de acordo com o meio e circunstâncias com que se depara. Por último, e não menos importante, convém assumir, sempre, um carácter objectivo e atraente, o que é indispensável ao sugestionamento das mentes visadas pelo processo de contra-propaganda.

2.4 PRINCÍPIOS DE ACCÇÃO PSICOLÓGICA - PROPAGANDA

As actividades de propaganda devem ser contínuas e transversais a tempos de paz, conflito e/ou guerra. Ao fazê-lo, estamos permanentemente a reavivar os sentimentos patrióticos, a disseminar os ideais da nação e a vigiar a moral das populações. São também importantes, a nível internacional, de forma a “manter um ambiente de compreensão e colaboração com as potências amigas, e a tentar estabelecer um ambiente semelhante com as potências neutras” (EME a. , 1963, p. 2) Uma boa propaganda deve obedecer a um conjunto de oito princípios básicos. A acção será tanto mais eficaz quanto maior for o

número de princípios seguidos em simultâneo. Os princípios são os seguintes: princípio da unidade, da monopolização dos meios de acção, da simplicidade, da concentração, da repetição, da justaposição, da ampliação e redução da verdade, e o princípio do contágio. (DN, 1963).

O Princípio da Unidade deve-se à compreensão da complexidade da propaganda, enquanto processo. Desta forma, ela deve ser controlada por uma entidade, a qual, por sua vez, tem de acompanhar o processo desde a concepção, coordenando a sua organização e finalizando com uma acção uniformizada. Este princípio tinha como objectivo garantir uma identidade de princípios e de doutrina nos vários teatros onde a acção psicológica portuguesa se desenvolvesse (*Idem*).

Ao falar em monopólio⁴⁸ dos meios de acção, estamos a referir-nos à necessidade de controlar os meios de disseminação. Ou seja, todos os meios que necessitassem de uma organização própria, como a Imprensa, a Rádio e a Televisão, deveriam ser acompanhados de perto, e ter, no seio das suas estruturas, elementos ligados à entidade responsável pelo processo de propaganda (*Idem*).

A propaganda deve ser simples, para estar ao alcance de todos; breve, de forma a ser facilmente interiorizado; e clara, para que os objectivos sejam atingidos e não restem dúvidas na compreensão dos conteúdos (*Idem*).

Com a concentração, pretendia-se juntar todos os esforços e meios, e aplicá-los numa única direcção de cada vez. Em vez de iniciarmos duas ou três campanhas em simultâneo com objectivos diferentes, era preferível realizar campanhas sucessivas. (*Idem*)

A repetição leva à interiorização, voluntária ou não, das ideias-força, as quais devem ser o mais simplificadas possível. O número de ideias deve ser reduzido e o seu conteúdo apelativo (*Idem*).

O princípio da justaposição adverte para a importância de nunca se entrar em choque directo com as convicções mais profundas dos elementos-alvo. Deve-se tentar moldar gradualmente a sua maneira de pensar, para os aproximarmos das ideias que pretendemos propagar (*Idem*).

Ao tirarmos partido da ampliação e redução da verdade, não pretendemos mentir, mas sim apresentar a verdade de uma perspectiva que nos seja conveniente. As campanhas

⁴⁸ “situação de mercado em que um só vendedor controla toda a oferta de um serviço ou de uma mercadoria (...) vender certas mercadorias sem concorrência de outrem; direito exclusivo (...) controlo exclusivo” (Dic, 2008, p. 1085).

de propaganda correm o risco de serem desacreditadas, caso os indivíduos se apercebam que os factos nela presentes são falsos. (DN, 1963).

O princípio do contágio é concretizado quando os meios usados são os mais eficazes, e fazem vibrar a grande maioria do público. Um filme, acompanhado pela música certa, pode incrementar, em muito, o seu impacto emocional (*Idem*).

2.5 MEIOS DE DISSEMINAÇÃO

O principal objectivo da propaganda era fazer chegar as ideias ao público-alvo. Para se realizar essa ligação, podiam ser usados diferentes meios de disseminação. Existiam vários, os quais serão abordados mais à frente. No entanto, é de salientar a grande importância que era dada à mensagem escrita. Tal aspecto é bem expresso na seguinte afirmação: “De todos estes meios o mais importante é a Imprensa. A Rádio, porém, tem um poder de difusão superior.” (DN, 1963, p. 31). Isto deve-se não só ao forte impacto da palavra escrita e à possibilidade de podermos guardar uma página de jornal para mais tarde reler ou partilhar com terceiros, mas também com o facto de a Imprensa, à época, representar um meio de comunicação oficial, credível, preciso e de ampla distribuição. Segundo os Coronéis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes muitas horas de transmissão rádio foram gastas em “programas que poucos ouviam e menos levavam em conta” (Afonso e Gomes, 2010, p. 627)

Ao longo da pesquisa, encontrei várias referências a alguns meios, tais como: o altifalante, o disco de vinil, a fita magnética (vulgo cassete), o cinema, a radiodifusão, a fotografia, os jornais de parede, o folheto, os livros, o canto e os desportos colectivos.

Os altifalantes eram genericamente usados, como meio muito eficaz de amplificação da voz, podendo chegar a mensagem a um maior número de pessoas, clara e audível, com um mínimo de esforço da parte do orador. Quando conjugados com discos de vinil ou cassetes, tornavam-se em meios de transmitir às tropas “música, noticiário” (DN, 1963, p. 47), e eram excelentes para a “difusão de «slogans»” (*Ibidem*).

O cinema era um óptimo meio de entretenimento dos homens. Os meios cinematográficos chegaram ao exército a partir da criação da Direcção dos Serviços Gráficos do Exército (através da publicação do Decreto Nº 5935 de 1919). Com este meio pretendia-se, por um lado, entreter os soldados, aliviando as tensões próprias de quem se encontra em combate; e, por outro, incutir valores militares muito próprios como o espírito de corpo, a camaradagem, a coragem, a intrepidez e a abnegação, para além do culto do

patriotismo e dos símbolos nacionais. Tornava-se imperioso saber qual o melhor filme a passar de acordo com a situação que se vivia no momento. Um filme que exaltasse feitos heróicos dos portugueses de uma forma poderosamente emotiva podia ser uma boa rampa de lançamento para uma operação de perigosidade e exigência acentuadas. Todavia, se os soldados se encontrassem já destroçados por sucessivas patrulhas, um filme humorístico teria um efeito muito renovador no seio do grupo. Para além do mais, o cinema era ainda uma novidade, e eram poucos os que tinham meios económicos para se deslocarem alguma vez a uma sala de cinema. Para que tais escolhas fossem as mais assertivas possível, todos os filmes deviam ser primeiramente analisados e classificados (DN, 1963).

Os livros também constituíam uma boa forma de lazer e distração. Para os mais interessados na leitura, o livro serve igualmente de estímulo aos sentidos, fonte de inspiração e motivação. Existia uma lista de livros recomendados, que seria exposta nos jornais de parede, principalmente os que versassem sobre temas mais ideológicos (DN, 1963). Naturalmente, livros que apresentassem ideologias não concordantes com o regime em vigor seriam descartados.

A fotografia transmite uma carga emocional forte quando bem escolhida. Ela “tem por fim esclarecer no sentido conveniente pela imagem uma ideia ou os temas escolhidos” (DN, 1963, p. 48). Segundo o famoso fotógrafo português Gérard Castello Lopes (1925-2011) “a fotografia é uma forma de ficção. É ao mesmo tempo um registo da realidade e um auto-retrato, porque só o fotógrafo vê aquilo daquela maneira.”. Assim, uma fotografia pode ter diversas interpretações. O que diríamos de uma foto em que um prisioneiro de guerra rebelde está amarrado, rodeado de soldados enquanto um socorrista lhe leva um cantil de água à boca? Um gesto de respeito pelo inimigo, presumo. Porém, o que diríamos se dessa fotografia fosse recortada a parte do socorrista? Caso o ângulo da imagem favorecesse os rebeldes, até iria parecer que uma das armas dos soldados estava apontada inequivocamente à cabeça do prisioneiro de guerra.

As fotografias eram amplamente usadas para ilustrar os “jornais de parede”. Um jornal de parede⁴⁹ é um cartaz, normalmente produzido num formato 3 m X 1,20 m⁵⁰, onde se afixavam rubricas de interesse geral relacionadas com a actualidade nacional e internacional, o cinema, o desporto e acontecimentos locais de interesse relevante. Normalmente, era produzido por militares e para os militares. Esses “jornais” deveriam

⁴⁹ Ver figura A.5 In Anexo A.

⁵⁰ In (DN, 1963, p. 51).

aproximar-se o mais possível das áreas de interesse das tropas e das suas curiosidades: “Não ter em conta estes factores é condenar a iniciativa ao insucesso.” (DN, 1963, p. 52). Uma vez que eram preferencialmente afixados em locais de “passagem obrigatória e frequente”⁵¹, é certo, também, que seriam bons locais para slogans e fotos sugestivas de propaganda.

O folheto não passa de uma publicação compacta e resumida de um determinado tema. Estes temas tanto podem ser de cultura geral de âmbito mais informativo⁵², como cuidados de higiene, primeiros socorros, curiosidades sobre o país; como podem conter mensagens de propaganda. Seria importante concentrar as linhas gerais de uma ideologia numa ideia-força, numa “composição organizada de palavras que resumam o tema” (EME a. , 1963, p. 40), numa ideia simplificada e de apelo emocional que “mais espontaneamente consegue a adesão voluntária das massas” (*Idem*, p. 39). Esta ideia-força surge sob a forma de um *slogan*⁵³, ou estribilho ou palavra de ordem. Todos estes termos são sinónimos. Devem ter menos de 10 palavras⁵⁴, ser concisos e essenciais, para poderem “chamar à atenção, excitar os sentimentos e provocar uma reacção colectiva” (DN, 1963, p. 54).

É comum, no seio da vida militar, o uso de cânticos. Para além de um forte vínculo com as tradições, eles servem para elevar a coesão das unidades e fazer vibrar de entusiasmo os corações dos soldados. Nestes cânticos devem, também, ser embutidos os estribilhos. Mas não é só no meio militar que os cânticos têm importância; também a têm no meio da população. Daí, a possibilidade de “explorar ao máximo a *vocação musical das populações nativas* procurando introduzir nas letras das suas canções ideias que nos sejam favoráveis” (EME b. , 1967, p. 15).

Os desportos colectivos eram óptimos para desenvolverem e/ou manterem as capacidades físicas dos soldados, e reforçarem o espírito de equipa. (DN, 1963). Praticá-los com as populações seria igualmente positivo, uma vez que servia para estabelecer laços com os nativos e aumentar a confiança, por forma a criar um clima de proximidade com os soldados.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Bons exemplos disso são os folhetos “Soldado! Coisas importantes que deves saber.”.

⁵³ “Palavra inglesa usada para designar uma expressão breve e incisiva, fácil de memorizar, que se usa, principalmente, na publicidade e em propaganda” (Dic, 2008, p. 1120).

⁵⁴ *In* (DN, 1963, p. 54).

CAPÍTULO 3

ACÇÃO PSICOLÓGICA: CONQUISTAR AS NOSSAS TROPAS E A POPULAÇÃO

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, temos como objectivo particularizarmos, um pouco mais, a propaganda, descendo aos seus aspectos específicos. Analisaremos como é que a propaganda devia ser orientada sobre os militares das nossas forças e sobre as populações.

Quando a propaganda era destinada às nossas forças, o principal objectivo era manter o moral e a vontade de continuar a lutar. Quando a mesma se focava nas populações, pretendíamos ganhar-lhes a confiança, obter informações acerca do inimigo e evitar que denunciassem as nossas posições e movimentações. Neste âmbito de acção sobre as populações, falaremos ainda sobre o fenómeno da Acção Social.

3.2 DE MILITAR PARA MILITAR

O soldado é a pedra base nas unidades militares, por isso deve estar altamente motivado para cumprir as suas missões. Porém, é de prever que os efeitos psicológicos adversos, do ambiente de guerra no qual se insere, se façam sentir, e que o seu desempenho seja afectado. É fundamental, portanto, manter um nível mínimo de moral indispensável, para que as unidades possam realizar o seu papel no campo de batalha.

A Acção Psicológica pode ser desenvolvida e direccionada para as nossas tropas, com a finalidade de “formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos” (EME a. , 1963, p. 16). Com esse fim, levavam-se a cabo acções de formação moral e cívica, de informação e de instrução técnica.

No âmbito da formação moral e cívica, o que se pretendia era a exaltação dos sentimentos patrióticos e dos valores militares, de maneira a fortalecer a vontade de combater por uma causa, a qual devia ser entendida como justa, alimentando a fé na vitória indiscutível das nossas forças. A realização de palestras, a afixação de artigos de propaganda nos Jornais de Parede, a distribuição de livros e revistas, a projecção de filmes, a realização de cerimónias militares, bem como a realização de competições desportivas e a realização de espectáculos musicais eram formas de alcançar tais objectivos.

As acções de informação eram fundamentais, para, ao colocar os soldados ao corrente dos diversos acontecimentos nacionais e internacionais, os tornarem menos susceptíveis de se deixarem iludir pelos vários boatos e campanhas de propaganda adversa que, normalmente, surgiam.

Desenvolviam-se, também, acções de instrução técnica, de modo a preparar oficiais, sargentos e praças para o contacto com as populações. Conhecer o território, a população, os seus costumes e tradições era essencial, para que se criasse uma boa comunicação entre os militares e a população. A “atitude e comportamento de todos os membros da força têm um impacto psicológico na população da área” (Queijo, 2001, p. 18), sendo o soldado “o mais forte elo de ligação com a população, impondo-se pelo seu exemplo e pela sua solicitude” (*Idem*, p. 19).

3.3 À CONQUISTA DA POPULAÇÃO

“A população é para o guerrilheiro como a água é para o peixe.” – esta é a famosa frase de Mao Tse Tung, que inspirou algumas das políticas de acção psicológica de Portugal. Tornou-se claro que, se fosse possível privar a população de estabelecer contacto com os guerrilheiros, estes perderiam as suas bases de apoio logístico mais próximas (alimentação e abrigo), bem como o acesso a informação preciosa acerca das movimentações e actividade das nossas tropas.

As nossas tropas entendiam que o fluxo de informação provinha, na sua quase totalidade, da população. Assim, “na guerra subversiva, o terreno de manobra é a população, e a conquista da sua opinião, o objectivo principal” (EME a. , 1967, p.1). Mas as relações que a maioria dos nativos nutria com as nossas tropas eram ou praticamente inexistentes, ou de conveniência, ou, então, ainda muito superficiais.

Culturalmente, é compreensível que as gentes de Moçambique sentissem uma certa ligação inata com os rebeldes, uma vez que pertenciam “à sua gente” e partilhavam, muitas das vezes, laços de sangue. O português, que geralmente era considerado como o “Homem branco”, vindo de outro continente, deparava-se com dificuldades em realizar uma aproximação eficaz dos nativos. Para além do mais, a palavra “liberdade” causa um impacto forte e torna-se fácil transformar o estrangeiro, o invasor, em bode expiatório dos males alheios. Assim, o objectivo dos insurgentes era quebrar a confiança que se pudesse construir entre nativos e portugueses, deitando por terra a ideia de que os portugueses

poderiam (ou queriam) proteger a população, trazer-lhes benefícios quanto à qualidade de vida, e construir-lhes um futuro próspero e assegurado (Cann, 2005).

“As populações refugiadas ou amplamente dispersas eram presas fáceis para a intimidação. Os rebeldes exigiam mão-de-obra, abastecimentos e informações sobre as forças governamentais e a população era a fonte deste apoio.” (Cann, 2005, p. 162). Para tentar controlar e isolar as populações, surge a ideia do “reagrupamento das populações dispersas”, o que originou a criação de aldeamentos⁵⁵.

As famílias que constituíam os clãs formavam agregados reduzidos que, por vezes, se encontravam muito dispersos no meio da mata. Tornava-se complicado para os portugueses alcançá-los a todos, e conseguir, ao mesmo tempo, exercer um controlo efectivo sobre os mesmos. Surgia um problema idêntico com as populações que fugiam devido aos confrontos e depois voltavam. Com vista a “criar as condições necessárias para controlar e proteger essas populações” (EME c. , 1966, p. 25), procedia-se à instalação das mesmas em áreas limitadas, em torno das quais se estabelecia uma estrutura de perímetro defensivo, por vezes até com a delimitação do local em arame-farpado e postos de controlo de entradas e saídas.

Por outro lado, a criação de aldeamentos implicava alguns pontos negativos. As diferentes etnias estavam acostumadas a viver separadamente e cada uma delas apresentava hábitos diferentes. A convivência no mesmo espaço tornava-se complicada. Muitos dos indivíduos recusavam abandonar as suas terras, os locais de culto aos seus antepassados. “Mudar as pessoa era sempre um processo emocional, devido ao apego às terras ancestrais.” (Cann, 2005, p. 175). A estrutura dos próprios aldeamentos, assim como o tipo de habitações neles presentes, não eram compatíveis com as habituais aos olhos dos nativos. Isto, aliado à falta de condições (a nível de saúde e alimentação⁵⁶), vem lembrar a “visão dos antigos missionários” (Afonso e Gomes, 2010, p. 627), que pretendiam converter para controlar, ao invés de compreender para coabitar. Se as populações não se

⁵⁵ “A palavra «aldeamento» derivava da prática utilizada em meados do século XVI, e desenvolvida pelos jesuítas, de agrupar os índios brasileiros nómadas em aldeias (do árabe *aldayá*), para facilitar a sua instrução e protecção religiosa” (Cann, 2005, pp. 175, 176).

⁵⁶ As zonas mais férteis, para o desenvolvimento das práticas agrícolas habituais dos autóctones, eram as zonas mais baixas, nas margens próximas dos rios. Contudo, raramente essas zonas eram aproveitadas para a construção dos aldeamentos. Estes eram preferencialmente desenvolvidos em zonas dominantes do terreno, mais altas e, por isso, grande parte das vezes, pouco férteis. A produção agrícola ia ser escassa, o que ia originar problemas com a alimentação dos indivíduos.

sentissem bem nos aldeamentos isso implicava um factor de atenção, já que “uma população infeliz era uma população vulnerável à influência dos guerrilheiros.”⁵⁷

Em 1974, 969 396 nativos⁵⁸ habitavam os cerca de 953 aldeamentos⁵⁹ da província de Moçambique, tendo sido criados os primeiros no ano de 1966.

Todavia, há quem entenda que a abordagem do dilema “população-guerrilha” (Garcia, 2003) não foi a mais acertada, vendo a ideia de tentar separar as populações dos guerrilheiros como um “erro de perspectiva”. Isto, porque os guerrilheiros não eram uma entidade externa que surgia por geração espontânea, mas sim o peixe que era criado pela própria água (população), ficando os portugueses como os elementos estranhos nesta relação. De acordo com esta perspectiva, entende-se que o facto de a população criar guerrilheiros se devia aos problemas que advinham da relação com as nossas gentes. Separá-los, só iria aumentar a actividade dos rebeldes (Afonso e Gomes, 2010).

Tornava-se imperioso entrar em contacto directo com as populações, esclarecê-las sobre a missão do exército português, apresentar as vantagens da presença militar, os objectivos políticos e militares que justificavam a nossa luta. As populações deveriam entender que os guerrilheiros não lutavam por elas, mas sim a favor de movimentos que eram externos a Portugal, uma vez que se entendia Portugal como um todo (Metrópole, Ilhas e Territórios Ultramarinos).

Considerava-se essencial actuar com muita precaução junto dos indivíduos que tinham fugido dos seus locais habituais de residência, e voltavam para integrarem um aldeamento, já que podiam trazer consigo elementos subversivos, “agitadores de massas”, de origem rebelde. Exercendo uma vigilância contínua sobre estes indivíduos, devia-se, ao mesmo tempo, promover um tratamento humano, de maneira a tentar “abalar o entusiasmo e a dedicação que, porventura, possam ter pela causa subversiva.” (EME c. , 1966, p. 26). Mas existia um problema, e esse problema estava relacionado com o facto de a população de Moçambique não ser um grupo coeso. Algumas pessoas viviam nas metrópoles, outras nas matas; umas viviam próximas dos quartéis, outras em território inexplorado.

Basicamente, a população dividia-se em três grandes grupos: a população que vivia perto dos quartéis, a população que vivia nas zonas ditas libertadas (debaixo do controlo dos rebeldes), e a população que vivia na área cinzenta ou de “entre-fogos” (Afonso e

⁵⁷ Bender *Apud* (Cann, 2005, p. 185).

⁵⁸ *In* (Cann, 2005, p. 177).

⁵⁹ *Ibidem*.

Gomes, 2010). Resumidamente, a população “ou estava sob controlo português ou sob controlo dos movimentos independentistas ou sob duplo controlo” (Garcia, 2003, p. 218).

Os habitantes que se instalavam nas imediações dos quartéis desenvolviam uma ligação mais forte com as nossas tropas. Ao estarem assim próximos, tornava-se difícil, para os rebeldes, exercerem uma influência significativa sobre as populações. Além disso, estes indivíduos viam-se beneficiados com alguns privilégios, como o acesso a cuidados de saúde, a níveis elementares de educação (aprender a ler, escrever e matemática base), alguma comida, apoios na construção de pequenas infra-estruturas, e ainda conseguiam realizar serviços que eram remunerados (lavandaria, entregas, cozinha). Estes apoios eram denominados de “Acção Social” (Cann, 2005).

Nas zonas libertadas, o contacto com a população era feito exclusivamente pelo inimigo. Nestas zonas, os rebeldes criavam centros onde podiam beneficiar de abrigo, alimentação, condições para planearem e exercerem a sua propaganda sobre os habitantes. Ao cultivarem a sua ideologia, criavam, nas mentes mais jovens, as bases necessárias para darem continuidade às acções de guerrilha. Aqui, tornava-se fácil descrever um inimigo, distorcendo a sua imagem, a indivíduos que muito pouco ou nenhum contacto tinham estabelecido com as nossas tropas.

A população que vivia em zonas mistas encontrava-se numa situação muito sensível. Estas zonas cinzentas eram ponto de passagem quer de forças de guerrilha, quer de forças portuguesas. Os guerrilheiros tentavam recrutar combatentes nestas zonas e criar postos de observação, para a aquisição de informações acerca da actividade portuguesa. Por outro lado, eram também fustigadas pela acção psicológica das nossas tropas, mostrando que os rebeldes não pensavam nos interesses das populações e que estavam contra eles (com sentido de nós), ao mesmo tempo que apresentavam recompensas em troca de informação acerca dos guerrilheiros. Um panfleto usualmente distribuído mostrava uma família a ser atacada por um rebelde, passando a seguinte mensagem apelativa: “Diz à tua família que avise a tropa quando fores atacado. Todos acorrerão em teu auxílio.”. É, no mínimo, interessante a mensagem subliminar de inevitabilidade de um ataque por parte dos rebeldes (o uso de “quando” em vez de “se”). (Afonso & Gomes, 2010)

A insegurança vivida pela população destas zonas, afectada por acções de propaganda de ambas as partes, dava origem a um “desequilíbrio psicológico, susceptível de conduzir ao dissociar do binómio população-guerrilha” (Garcia, 2003, p. 226). As

populações eram alvo de retaliações por ambos os contendores, o que originava um ambiente de stress contínuo e de desconfiança mútua.

Era também difícil, para as nossas tropas, realizar a distinção entre populações “amigas” e populações pro-rebeldes, principalmente quando, depois de entrarem em contacto com uma comunidade (em âmbito de patrulhamento), eram emboscadas, vindo a descobrir que os elementos que a constituíam tinham transmitido a posição e efectivo das nossas forças. Era usual os elementos das comunidades fornecerem informações para ambas as partes, consoante a conveniência (Afonso e Gomes, 2010). Surgiam, por vezes, sentimentos de descontentamento, acontecendo que agregados familiares inteiros apenas queriam procurar um local onde pudessem estar isolados, longe do contacto com os que faziam a guerra. Isolar-se dos portugueses poderia ser ocasionalmente atingido; porém, tornava-se difícil sair do alcance dos rebeldes, uma vez que “se deslocavam a toda a parte, criando, assim, um fluxo de apresentações de fuga” (Garcia, 2003, p. 226).

3.3.1 A ACÇÃO SOCIAL

A Acção Social não é mais que um conjunto de actividades desenvolvidas em prol da população, de carácter assistencial, com o objectivo de lhe fornecer algumas ajudas para a melhoria das suas condições de vida. São actividades que sensibilizam a população, tornando-a mais receptiva à nossa Acção Psicológica.

A Acção Social pode ser vista como “acto de caridade”, e era, por vezes, mal interpretada pelos autóctones. Uma conclusão, expressa na doutrina de Acção Psicológica, é bastante interessante: “Em regra o nativo não compreende bem a dádiva pura e simples. O seu raciocínio parece este: se o branco nos dá isto, das duas uma – ou pretende qualquer coisa de nós de muito valor... ou então está com medo!” (EME b. , 1967, p. 85). Os autóctones podiam mostrar indiferença perante as ofertas de comida, roupa ou outros bens, o que era interpretado como ingratidão; quando, na realidade, estes se sentiam, muitas vezes, insultados, pelo facto de ninguém lhes perguntar primeiro se precisavam realmente de alguma coisa.

Desta forma, era preciso actuar com tacto, precaução e bom-senso, para que a Acção Social produzisse os devidos frutos. Devia-se, então, evitar a ideia de “esmola”, mas sim fazer transparecer uma imagem de recompensa, de um prémio por algo que tivessem feito (colaboração com informações, serviços ao quartel, prenda para o festejo de alguma festividade).

São práticas de Acção Social as assistências sanitária, educativa e religiosa.

A assistência sanitária garantia acções junto da população com o objectivo de prestar cuidados médicos e inculcar práticas de higiene. Quando uma unidade se deslocava a uma população com a qual já tinha estabelecido contacto (visita de rotina), ou quando o estabelecia pela primeira vez, era comum tirar partido dos seus enfermeiros para prestar tratamento aos elementos da povoação. Prestava-se auxílio médico elementar, assistindo no tratamento de feridas infectadas, apoio aos idosos, a crianças e a grávidas – as quais, ao entrarem em trabalho de parto difícil, eram, por vezes, encaminhadas para as maternidades locais, através de meios militares.

Era verificado que “a população recebe e acolhe muito bem a visita de equipas sanitárias às próprias povoações” (EME b. , 1967, p. 87), sendo este tipo de assistência considerada, por esse motivo, como a mais eficaz para atingir o objectivo da Acção Social. Aconselhava-se aos médicos e enfermeiros militares que evitassem fazer previsões de cura, uma vez que, caso realizassem mal a previsão, seriam desacreditados; e toda a confiança na estrutura militar iria ser posta em causa. Isto deve-se ao facto de os nativos entenderem que “a acção do médico é infalível e miraculosa” (EME b. , 1967, p. 90), devido à quantidade de tratamentos bem sucedidos por parte dos mesmos⁶⁰. Os medicamentos fornecidos à população resultavam de verbas especiais que os orçamentos das províncias colocavam à disposição das forças armadas. Porém, a sua distribuição era bastante controlada, restringida ao consumo imediato, nunca se fornecendo embalagens completas. Pretendia-se, com esta medida, evitar que medicamentos portugueses caíssem nas mãos dos movimentos de libertação, já que eram bens de primeira necessidade e de elevado valor nas zonas mais rurais. Embora se prestasse auxílio médico, entendia-se que parte dos problemas dos nativos advinha da falta de hábitos de higiene. Assim, era também missão das equipas sanitárias levarem a cabo palestras de sensibilização, inculcando algumas práticas de higiene nos hábitos das populações. Era vulgar os nativos não manterem limpos os terrenos em torno das suas habitações, dormirem com os animais domésticos, não quererem matar animais atacados por doenças, recolherem água a jusante de onde se largavam detritos, bem como não terem cuidados mínimos de higiene durante os partos (EME b. , 1967).

⁶⁰ Como as populações nunca tinham consumido as substâncias que constituíam os medicamentos nas doses que eram administradas, ou seja, não detinham habituação aos mesmos, reagiam incrivelmente bem e os processos de cura dos problemas menos graves eram bastante rápidos e bem sucedidos.

Através da assistência educativa, pretendia-se transmitir, aos nativos, alguns conhecimentos básicos de educação, e métodos de trabalho mais eficazes, proporcionando-lhes as bases para desenvolverem um nível de vida mais elevado. O objectivo era criar centros, nas populações, que desempenhassem as funções de uma pequena escola. Um alpendre de reduzidas dimensões podia servir para dar início a uma escola. Com o tempo, ele seria progressivamente aperfeiçoado, até reunir boas condições de ensino, tornando-se, até, um local de reunião e convívio da população. Podia ainda ser aproveitado pelos portugueses, para lá realizarem palestras de Acção Psicológica, projectarem filmes, ou mesmo recolherem informação acerca do inimigo.

Entre os graduados da unidade, escolhiam-se aqueles que melhor pudessem desempenhar a função de professor. Ministravam aulas de matérias escolares elementares (aprender a ler e escrever e a fazer contas, educação moral e canto coral), visto os recursos das unidades serem limitados e não serem estas as suas principais funções. Mas o objectivo principal era mesmo o ensino da língua portuguesa, para tornar a comunicação mais fácil entre os nativos e os portugueses, e criar, ao mesmo tempo, um laço de união, pela língua falada, entre os nativos e os portugueses.

O público-alvo destas acções era composto por crianças, uma vez que têm mais facilidade em aprender. No entanto, alguns adultos integravam também as aulas, motivados pela curiosidade de aprenderem algo novo. Era necessário falar com as populações, e fazê-las entender a importância de mandarem as crianças para as escolas. Na realidade, se um indivíduo “pensasse em sair do meio rural para procurar um emprego no meio urbano, ou mesmo participar no progresso económico, então necessitaria de uma educação europeia.” (Cann, 2005, p. 165).

Por vezes, os militares, num âmbito escolar, promoviam a educação física, como complemento à educação. “O aspecto da educação desportiva tem-se revelado, na prática, de grande aceitação por parte dos nativos, verificando-se um verdadeiro entusiasmo por determinadas actividades, das quais se destaca o futebol, por exemplo.” (EME b. , p. 103). A realização de campeonatos com equipas mistas, entre militares e a população, era uma forma óptima de criar laços de confiança e interacção.

Uma acção que poderia ser realizada junto da população era a instrução profissional. Muitos dos nossos militares trabalhavam, na Metrópole, antes de cumprirem serviço militar. Estes elementos poderiam ser usados como monitores, ensinando as suas actividades profissionais aos autóctones, tais como as de “carpinteiro, pedreiro, caiador,

pintor, bate-chapas, serralheiro, ferreiro, latoeiro, oleiro, alfaiate, mecânico de automóveis, escriturário, sapateiro, padeiro, cozinheiro, mainato, canalizador, electricista, condutor auto, serrador, tratorista, enfermeiro, cantineiro” (EME b. , p.99). Algum esforço foi feito, também, na área agrícola. Tentava-se inculcar um conjunto de “técnicas modernas e lucrativas da cultura e da criação de gado aos agricultores rurais, bem como proporcionar apoio na venda da sua produção.” (Cann, 2005, p. 164). Se os autóctones verificassem que os conhecimentos agrícolas dos portugueses produziam efeitos visíveis, iriam confiar no seu auxílio a outros níveis.

Porém, os militares que ministravam instrução escolar e/ou profissionalizante aos nativos tinham de ter consciência de um facto: a unidade à qual pertenciam encontrava-se temporariamente na zona, o que implicava a formação de monitores naturais da povoação onde actuavam. Pretendia-se, com isto, evitar paragens na assistência educacional às populações com a rendição da unidade militar local.

A assistência religiosa era levada a cabo pelo capelão e cabia-lhe a função da formação moral e religiosa da população, fazendo frente aos cultos tradicionais. Quanto a este aspecto, o capelão, desempenhando a função “de um autêntico missionário.” (EME b. , 1967, p. 106), deveria transmitir a relevância da moral e fé cristãs. O culto da fé cristã não significa que a política do regime pretendesse evangelizar as colónias por motivos de crenças religiosas, mas sim por uma questão de identidade nacional. A língua e a religião eram formas de integrar os nativos na nação portuguesa, uma maneira de se identificarem cada vez mais com os portugueses, uma vez que grande parte da sua envolvente cultural era totalmente diferente. O papel do capelão tornava-se mais complicado junto de populações que já tinham abraçado uma outra religião, como o caso das populações islamizadas. Com estas, a sua acção deveria ser bastante cautelosa. Actuaria de maneira a não entrar em linha de colisão com os chefes religiosos locais, e realizaria “visitas frequentes às povoações através das quais se procurará fazer amizades e fomentar o seu conselho e ajuda” (EME b. , 1967, p. 107), contribuindo para a construção de uma opinião pública favorável às nossas Forças Armadas.

CAPÍTULO 4

A ACÇÃO PSICOLÓGICA NO TERRENO

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretendemos analisar alguns aspectos da aplicação da doutrina de Acção Psicológica, no seio das Companhias. Fomos à procura de exemplos práticos do que era feito, e revelámos a importância da acção do comandante de companhia, como decisor de primeira linha. A realização deste capítulo é baseada, principalmente, nos dados recolhidos através das entrevistas realizadas a alguns combatentes da guerra do Ultramar, mobilizados para Moçambique.

4.2 AS COMPANHIAS: DA TEORIA À PRÁTICA

Em 1963, foi criada uma Sub-Secção de Acção Psicológica, no Estado-Maior do Exército (EME). Esta encontrava-se integrada na Secção de Contra-Inteligência da 2ª Repartição do Quartel General. Foram, depois, criados órgãos para os três teatros de operações: Gabinete de Acção Psicológica (ou 5ª repartição) em Angola, Repartição de Administração Civil na Guiné, e Secção de Acção Psicológica em Moçambique. (Queijo, 2001). Não existia, porém, um serviço de supervisão de Acção Psicológica, a nível nacional. Só em 1970 foi criada uma Comissão Interministerial, para planear a Acção Psicológica e coordenar a actividade dos vários ministérios. A seguir, através do Ministério do Ultramar, definiam-se as acções a desenvolver no Ultramar. E seriam os Oficiais de acção Psicológica dos Batalhões que iriam difundir instruções concretas aos comandantes das companhias (Queijo, 2001). Mas o contacto dos comandantes de companhia com o oficial de acção psicológica não era uma realidade ou, realizando-se, não constava de indicações específicas. E, pelo que nos apercebemos, era o comandante de companhia que “acabava por ser o decisor nessa área”⁶¹.

As directivas no âmbito da Acção Psicológica não eram emanadas por todas as companhias. A principal ideia que se transmitia aos comandantes de companhia era a de “mostrar que estávamos no local mais como uma força amiga e que os⁶² protegia dos rebeldes ou “turras” e não como uma força de ocupação”⁶³, de forma que “evitar

⁶¹ Segundo o Coronel João Alberto Calheiros *In* Entrevista 5.

⁶² Referente aos autóctones da população.

⁶³ Segundo o Tenente-Coronel José Saraiva *In* Entrevista 4.

“problemas” com as populações era a principal preocupação⁶⁴. Grande parte das bases de comportamento eram transmitidas na formação militar. É-nos dado o exemplo da Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), na qual a “conduta moral dos combatentes pára-quedistas era orientada no sentido de humanizar ao máximo a guerra. Incutia-se, nos soldados, a noção de que a dureza e a barbaridade da guerra deviam ser mitigadas, tratando bem a população e o inimigo quando capturado⁶⁵. Devia-se estabelecer um contacto saudável com a população, de forma a tentar recolher informações acerca do paradeiro dos rebeldes e das suas possíveis acções.

A realização de “aldeamentos” era uma realidade. Quando uma companhia era mobilizada para uma zona, o comandante de companhia escolhia, para montar aquartelamento, um local onde existisse perto uma povoação (caso houvesse alguma na área). Seguidamente, eram realizadas algumas acções, de forma a incentivar as povoações da zona a concentrarem-se nas imediações do quartel, formando os ditos “aquartelamentos”. Essas acções eram feitas “de duas formas: de avião, com megafones que transmitiam, em vários dialectos, mensagens ou com o lançamento de panfletos que aconselhavam a população a sair das zonas onde se encontravam e a formarem acampamentos junto aos aquartelamentos militares, uma vez que se iam realizar operações na zona; ou então a pé, passando pelos aldeamentos, distribuindo comida, medicamentos (na época era permitido receitar medicamentos aos enfermeiros), realizando pequenos tratamentos, ao mesmo tempo que falavam com os chefes de maneira a tentar convencê-los a juntarem-se ao aldeamento mais próximo controlado pelas nossas tropas⁶⁶. Eram usados, geralmente, aviões Dakota com altifalantes montados que, em vários dialectos, convidavam as populações para se juntarem aos militares “onde seriam tratados, tinham água, comida e terrenos para cultivar⁶⁷. Foram muito usados na província de Cabo Delgado. Os panfletos⁶⁸ lançados pelo “bocas”⁶⁹, segundo o Tenente-Coronel Moura, “eram muito trabalhados, com termos que não eram os mais indicados para as populações⁷⁰, acrescentando, ainda, que “muitas vezes, os panfletos da FRELIMO

⁶⁴ Segundo o Professor Manuel António Domingues *In* Entrevista 6.

⁶⁵ Segundo o Coronel Calheiros *In* Entrevista 5.

⁶⁶ Segundo o Enfermeiro José Pacheco *In* Entrevista 3.

⁶⁷ Segundo o Tenente-Coronel Moura *In* Entrevista 1.

⁶⁸ Ver figuras A.6, A.7, A.8 e A.9 *In* Anexo A.

⁶⁹ Designação da gíria militar relativa aos aviões de propaganda.

⁷⁰ *In* Entrevista 1.

entendiam-se melhor que os nossos panfletos. Qualquer um olhava para eles e entendia o que queriam transmitir, usavam muita banda desenhada”⁷¹.

Os rebeldes também usavam técnicas de propaganda. Eram encontrados muitos panfletos inimigos. Foi registado o aparecimento de alguns jornais da FRELIMO junto à zona onde os militares da Base da Beira Nova (a Norte de Mueda, na província de Cabo Delgado) iam buscar água, nos quais era evidente que “a informação era manipulada, aumentando sempre os feitos dos guerrilheiros e diminuindo as nossas acções. Também deixavam papéis com recados para os combatentes, a dizer: vocês são piores que os macacos, não saem do quadrado, vivem aí fechados! Façamos um jogo de futebol, ninguém dispara, um jogo entre Moçambique e Portugal!”⁷². Nos acampamentos dos rebeldes surgiam, frequentemente, “livros de instrução primária adaptados, pela FRELIMO, onde os mesmos textos portugueses eram usados mas com injeções de ideologia política pelo meio”⁷³.

Os combatentes deparavam-se, por vezes, com um tipo de propaganda diferente, como numa situação em que “no percurso de uma coluna de reabastecimento, uma mina anti-carro foi accionada por uma viatura, tendo provocado a sua destruição. Ao ser feita a segurança do local, pela força de escolta, foram encontrados, no interior da mata, a poucos metros, alguns panfletos que exortavam os nossos militares à deserção, acusando o governo de Portugal de ser colonialista. Após este incidente, foram encontrados outros panfletos, pelas equipas de protecção, tendo-se evitado, assim, pelo menos, mais dois rebentamentos”⁷⁴. Outra situação perturbante surgia quando os nossos combatentes se deparavam com corpos pendurados por cordas nas árvores, ou peles de leopardo ou até armas. Estes estavam armadilhados: mesmo que os militares passassem ao lado, sabendo do engodo, as suas mentes iam ser abaladas com a revolta de não poderem enterrar aquele camarada condignamente.

Debaixo de um stress de guerra permanente, durante “os períodos de repouso era importante manter o pessoal ocupado”⁷⁵. Realizavam-se corridas, touradas improvisadas (nos casos em que se agrupava gado que andava disperso na mata para servir de complemento ao rancho), realizavam-se obras de melhoramento das instalações, de pontes

⁷¹ In Entrevista 1.

⁷² Segundo o Tenente-Coronel Moura In Entrevista 1.

⁷³ Segundo a Enfermeira Rosa Serra In Entrevista 2.

⁷⁴ Segundo o Professor Manuel António Domingues In Entrevista 6.

⁷⁵ Segundo o Coronel Calheiros In Entrevista 5.

e de casas para os aldeamentos⁷⁶, bem como campeonatos, nos quais os pelotões se defrontavam por um galhardete simbólico⁷⁷ criado para o evento. Estes campeonatos contavam com algumas modalidades: o futebol, os jogos tradicionais, os jogos de cartas, o atletismo e os cantares ao desafio (no distrito do Lago do Niassa era comum as tropas cantarem músicas do “Cancioneiro do Niassa”⁷⁸). Era um tipo de acção psicológica sobre as nossas tropas que “partia sempre do espírito de iniciativa dos graduados, não estava nada escrito”⁷⁹.

Aos combatentes que mostrassem sinais evidentes de abalos psicológicos “era habitual proporcionar-lhes uma consulta médica (normalmente num médico dentista), na sede do comando de sector, libertando-os durante algum tempo (no mínimo uma semana) do isolamento e pressão constantes a que estavam sujeitos”⁸⁰.

“Um dos factores mais importantes para a tropa era o correio”⁸¹. O dia de distribuição dos aerogramas⁸² era marcado por grande alegria, e a tardia chegada do correio aumentava os níveis de stress, angústia e desgaste psicológico entre os militares: “Os camaradas que não recebiam correio ficavam a um canto com cara abatida e desanimados”⁸³.

O jornal de parede⁸⁴ não era realizado em todas as unidades, mas verifica-se a sua existência. O Tenente-Coronel José Saraiva fala-nos do jornal de parede da sua unidade, dizendo que se realizava de duas em duas semanas e que era bastante apreciado pelos soldados: “Tinha o nome de “Sempre Cavaleiros”. Havia camaradas que tinham jeito para desenhar e faziam alguns desenhos humorísticos para colocar no jornal de parede. Sempre que víamos um artigo interessante nos jornais recortávamos e colocávamos no jornal de parede, algumas histórias engraçadas que se passavam eram adicionadas também, bem como músicas criadas pelos soldados e anedotas. A simbologia patriótica estava sempre presente. No dia em que o jornal era publicado, a tropa juntava-se toda em volta do jornal de parede com curiosidade”⁸⁵. Mais um aspecto de relevo, é-nos transmitido pelo Professor

⁷⁶ Ver figuras A.10 e A.11 *In* Anexo A.

⁷⁷ Ver figura A.12 *In* Anexo A.

⁷⁸ Segundo o Professor Manuel António Domingues *In* Entrevista 6.

⁷⁹ Segundo o Tenente-Coronel Moura *In* Entrevista 1.

⁸⁰ Segundo o Professor Manuel António Domingues *In* Entrevista 6.

⁸¹ Segundo o Tenente-Coronel Moura *In* Entrevista 1.

⁸² Ver figura A.13 *In* Anexo A.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ Ver figuras A.14, A.15 e A.16 *In* Anexo A.

⁸⁵ *In* Entrevista 4.

Manuel António Domingues, que nos diz que “das várias formas de expressão, a que mais o movia era um calendário onde anulavam os dias que iam passando”⁸⁶.

As condições das unidades influenciavam o conforto psicológico da tropa. O Enfermeiro José Pacheco conta-nos que a sua unidade recebia dinheiro do Estado Português pelas armas que apreendia durante as acções de combate. “Muitas unidades não tinham conhecimento desta possibilidade legal. Em primeira instância o dinheiro foi investido no melhoramento das condições da unidade, ao ponto de termos um “videotape”, uma máquina que lia fitas magnéticas e enviava para as televisões dos bares da unidade. A unidade recebia da metrópole bobines com as gravações de alguns programas da RTP. Quando acabou o ciclo de melhoramentos na unidade, o dinheiro começou a sobrar e o Coronel Bragança Coutinho, comandante do batalhão, decidiu dividir o dinheiro pelos militares da unidade, como complemento ao salário mensal”⁸⁷.

Salienta-se a grande importância do contacto com as povoações que rodeavam os aquartelamentos e o bom relacionamento com as mesmas. “Era fundamental que os militares transmitissem confiança nas suas acções, e tivessem orgulho na farda que vestiam, procurando sempre serem respeitados e não temidos pelas populações”⁸⁸. Se o régulo que vivia perto do aquartelamento fosse bastante influente, podia levar à apresentação de alguns grupos familiares que se encontravam dispersos. O seguinte exemplo é bem esclarecedor: “uma vez conheci um régulo de nome Bumbolibodzi que dizia que era deus e era muito respeitado pelas populações da zona. Quando me encontrei com o Tenente-Coronel Alves Morgado do COFI propus que se tirasse uma fotografia do régulo ao meu lado para criar um panfleto a convidar as populações a deslocarem-se para junto da zona da companhia. Começámos a construir um aldeamento e demos o nome do régulo à “avenida” principal. O que é certo é que as populações começaram a apresentar-se no local e o aldeamento foi crescendo. Cada família tinha um campo delimitado para poder cultivar e reunimos muito gado também. A população começou a ficar afeiçoada à companhia e faziam festas para as quais convidavam os militares”⁸⁹.

Grande parte das acções “psico” eram realizadas durante as acções de patrulhamento⁹⁰. Os enfermeiros aproveitavam para realizar pequenos tratamentos,

⁸⁶ *In* Entrevista 6.

⁸⁷ Segundo o Enfermeiro José Pacheco *In* Entrevista 3.

⁸⁸ Segundo o Professor Manuel António Domingues *In* Entrevista 6.

⁸⁹ Segundo o Tenente-Coronel Moura *In* Entrevista 1.

⁹⁰ Ver figura A.17 *In* Anexo A.

distribuir medicamentos e, quando encontravam situações graves, podiam orientar a evacuação dos nativos doentes para os hospitais. Como a enfermeira Rosa Serra referiu, “chegámos a evacuar mulheres das populações que estavam grávidas e cujos partos se complicavam”⁹¹. Um caso interessante foi relatado pelo Tenente-Coronel José Saraiva: “foi identificado, na zona, um local onde se reuniam cerca de onze leprosos que eram escorraçados das povoações e viviam, portanto, isolados. Prestávamos apoio a esse grupo, dentro das nossas capacidades”⁹². Foram-nos relatadas situações em que os feridos nativos da população, ou até guerrilheiros, eram evacuados em primeiro lugar que os nossos combatentes, caso a situação dos primeiros fosse clinicamente mais urgente. “A política da época obrigava-nos a tratar de igual forma todo o tipo de feridos que surgissem”⁹³.

As populações beneficiavam, também, de alguma alimentação. As peças de caça dos nossos aquartelamentos que sobravam eram fornecidas “ao régulo, o qual realizava a distribuição das mesmas à população”⁹⁴, e, muitas vezes, “as crianças apareciam em grande quantidade ao aquartelamento para comerem, colaborando, depois, na limpeza e outros serviços (cozinha, padaria, enfermaria, mecânica, etc), em cuja aprendizagem manifestavam interesse”⁹⁵.

No âmbito da assistência educativa, sempre que era possível e existisse população na área, era normal criar-se um espaço para servir como escola. Quando as populações não tinham professores entre os seus habitantes, era usual procurar, entre os graduados da unidade, os que tinham mais apetências para servirem como professores⁹⁶. Na maior parte dos casos, não havia a possibilidade de realizar exames oficiais de final de ano; no entanto, ficava a satisfação do “trabalho realizado, os conhecimentos adquiridos e os laços criados com a população”⁹⁷. Para além das aulas em que aprendiam a ler, escrever e fazer contas, era comum a prática de desporto, com aulas de ginástica e corridas, bem como aulas de botânica⁹⁸ em que os alunos aprendiam a cultivar hortas com vegetais que não eram do seu conhecimento cultural⁹⁹, como o caso das alfaces, couves e cenouras.

⁹¹ *In* Entrevista 2.

⁹² *In* Entrevista 4.

⁹³ Segundo a Enfermeira Rosa Serra *In* Entrevista 2.

⁹⁴ Segundo o Tenente-Coronel José Saraiva *In* Entrevista 4.

⁹⁵ Segundo o Professor Manuel António Domingues *In* Entrevista 6.

⁹⁶ Ver figura A.18 *In* Anexo A.

⁹⁷ Segundo o Tenente-Coronel José Saraiva *In* Entrevista 4.

⁹⁸ Ver figura A.19 *In* Anexo A.

⁹⁹ As culturas normais dos nativos eram de mandioca, milho e amendoim.

Uma situação curiosa, relatada pelo Tenente-Coronel José Saraiva, apresenta-nos o segundo comandante do batalhão, o Major Octávio Dias Machado, que decidiu criar, no meio dos alunos nativos, um grupo de escuteiros, ao qual deu o nome de “Os Cadetes de Moçambique”¹⁰⁰. A “unidade pagou aos alfaiates da população para criarem fardas para os miúdos e foram-lhes incutidos os valores dos escutas, uma forma de incrementar a formação moral e cívica. Faziam desfiles e participavam activamente no cerimonial do hastear/arrear da bandeira”¹⁰¹.

¹⁰⁰ Ver figura A.20 In Anexo A.

¹⁰¹ Segundo o Tenente-Coronel José Saraiva *In* Entrevista 4.

CONCLUSÕES

Na fase final deste trabalho, e tendo em conta tudo o que foi antes referido, podemos tecer algumas considerações acerca da forma como a teoria de Acção Psicológica foi aplicada pelas companhias mobilizadas na Província de Moçambique.

Podemos concluir que o Oficial de Acção Psicológica dos Batalhões não mantinha um contacto muito estreito com os comandantes de companhia, de tal forma que os capitães, normalmente, desconheciam quem ocupava estes cargos. As indicações emanadas pelos batalhões eram, geralmente, muito genéricas.

Na Companhia, era o seu comandante que, na realidade e sem disso ter consciência, desempenhava a função de Oficial de Acção Psicológica da unidade. Não tinha nenhuma preparação específica para além das linhas gerais recebidas durante os tempos de instrução. A sua acção era movida por características pessoais, como o bom senso, a imaginação, e a própria experiência de comando de tropa.

Há um aspecto que não é referido pela doutrina, e que concluímos ser de importância relevante: o correio. Criar as condições para que o correio fosse distribuído à tropa, representava um contributo extraordinário para o bem-estar dos militares, sempre ansiosos por saberem o que se passava com a família e os amigos. Podemos considera-lo como um meio de acção psicológica sobre as nossas forças, uma vez que garantia o equilíbrio psicológico e o moral das tropas.

Quanto à propaganda sobre a população, ficou verificado que, quando esta não segue os princípios doutrinários, como é o caso da simplicidade, os seus efeitos não são os esperados. É importante ter a perfeita noção do público-alvo sobre o qual estamos a actuar. No caso do Ultramar, de nada servia usar panfletos com linguagem complexa quando grande parte daqueles que os liam pouco ou quase nenhum conhecimento tinham de português.

Na verdade, não podemos afirmar que a Acção Psicológica tenha falhado em Moçambique. O problema é que esta foi feita “tardamente”. Surgem, então, questões que devem ser postas: será que, se este tipo de acção tivesse sido desenvolvido, ao longo dos séculos de presença portuguesa no Ultramar, as lutas pela independência teriam tido lugar? Seria possível que, ao fim de dois ou três séculos, os nativos já partilhassem, com o nosso povo, uma mesma religião, língua e outros aspectos da identidade portuguesa? Como era desenvolvida a relação com os autóctones nos tempos que precederam a guerra? São estas,

pois, algumas das questões que poderão levar futuros curiosos a continuar o trabalho de investigação que aqui foi iniciado.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial 1961-1975*. QUIDNOVI. AM, Academia Militar (2009). *Seminário: A Academia Militar e a Guerra de África, 28 Maio de 2009*. Lisboa: Prefácio.
- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Birou, A. (1982). *Dicionário das Ciências Sociais*. Viseu: Tipografia Guerra.
- Boléo, O. (1966). *Moçambique-Pequena Monografia*. Agência Geral do Ultramar.
- Cann, J. P. (2005). *Contra-Subversão em África - Como os portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974* (2ª Edição ed.). Prefácio.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAEM, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dic. (2008). *Dicionário Verbo de Língua Portuguesa*. Editorial Verbo.
- DN, Defesa Nacional (1963). *Manual de Acção Psicológica nas Forças Armadas*.
- EME, Estado Maior Exército a. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva III - Acção Psicológica*.
- EME, Estado Maior Exército b. (1967). *Acção Psicológica*.
- EME, Estado Maior Exército c. (1966). *O Exército e a Guerra Subversiva IV - Apoio às Autoridades Civas*. Lisboa.
- Escarameia, P. V., Neto, J. P., Campos, J. M., Cardoso, G. P., Sacchetti, V. A., Lara, A., et al. (1995). *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*. Lisboa: Unniversidade Técnica de Lisboa.
- GET, Gabinete de Estudos e Traduções (1964). *Guerra Psicológica*. Região Militar de Moçambique.
- Heritage, A. (2006). *Atlas do Mundo*. Lisboa: Civilização Editora.
- IAEM, Instituto Altos Estudos Militares a. (2003). *As Campanhas em Moçambique, durante o Conflito Ultramarino português*. Lisboa.
- IAEM, Instituto Altos Estudos Militares b. (1960). *Guerra Subversiva*. Pedrouços.
- ISCSPU, Instituto Superior Ciências Sociais e Política Ultramarina (1964). *Moçambique*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- Lages Ribeiro, H. M. (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*. Gradiva.
- MDN, Ministério Defesa Nacional (2005). *Regulamento de Campanha*.

Moreira, A., Brandão, A., Sacchetti, A., Bispo, A., Telo, A., Bessa, C., et al. (2004). *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.

NATO. (2010). *Glossary of terms and definitions*.

Proença Garcia, F. M. (2003). *Análise Global de Uma Guerra - Moçambique*. Lisboa: Prefácio.

Queijo, J. V. (2001). *Operações Psicológicas no Apoio às operações Militares*. Lisboa: IAEM.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

APÊNDICES

APÊNDICE A

GUIÃO DE ENTREVISTA

Nome:

Posto:

Função desempenhada Ultramar:

Unidade:

Data:

1. Que tipo de directivas recebia a companhia no âmbito das Acções Psicológicas?
2. Mantinha contactos periódicos com o Oficial de Acção Psicológica do Batalhão?
3. Tinha acesso a algum tipo de estudo relativo à população da zona de responsabilidade da companhia?
4. Quais os meios usados para o cumprimento da missão de Acção Psicológica?
5. Como era desenvolvida actividade dos médicos/enfermeiros e padres à responsabilidade da companhia?
6. Durante as acções de patrulha, distribuíam algum tipo de publicações/panfletos às populações?
7. Chegou a presenciar mensagens dos rebeldes, direccionadas às nossas tropas? Se sim, em que circunstâncias?
8. Estabeleciam algum tipo de contacto periódico (extra actividades de patrulhamento) com as populações?
9. Prestavam apoio (troca de bens, auxílio em construções, actividades de formação) às populações?
10. Qual o procedimento com prisioneiros de guerra?
11. Realizavam, no seio da companhia, jornais de parede periódicos?
12. Que actividades desenvolviam para motivar as nossas tropas?
13. Houve, na sua unidade, outras acções, que contribuíram para dar uma boa ou má imagem dos militares?

APÊNDICE B

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Nome: Moura

Posto: Tenente-Coronel

Função desempenhada Ultramar: Comandante de companhia

Unidade: 32ª Companhia de Comandos

Data: 01JUL11

Directivas propriamente escritas não. Recebíamos informações de contactar as populações da zona, no sentido de procurar detectar elementos de guerrilha que pudessem estar infiltrados na população, ou procurar recolher dados acerca de elementos terroristas que existissem na área. Acontecia que, quando nos deslocávamos por essas populações, também dávamos algum apoio sanitário, dando injeções, comprimidos aos doentes, coisas muito simples. Por vezes, os elementos eram levados para a companhia, para serem tratados. Estas acções eram realizadas em zonas controladas pelas nossas forças, como em Tete. Em Cabo Delgado, presenciei a passagem de aviões, durante a noite, com altifalantes, que aconselhavam as populações, no dialecto local, a irem para junto dos quartéis, onde seriam tratados, tinham água, comida e terrenos para cultivar. Por vezes, também lançavam folhetos de propaganda

Nunca tive contactos com o Oficial de Acção Psicológica. Actuávamos, grande parte das vezes isolados. O contacto que realizava com o escalão superior era, maioritariamente, via carta, ou então através do Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), que se deslocava aos locais, de helicóptero, para realizar o briefing da acção.

Quando íamos para uma nova área, era-nos fornecida informação acerca das populações da zona, os seus costumes, os seus hábitos, se eram tendencialmente pró-rebelde ou não e quem era o chefe. Uma vez, junto ao Parque da Gorungoza, conhecemos um régulo de nome Kanda que tinha uma influência muito forte sobre uma população de cerca de 50 000 elementos, os quais dependiam dele e lhe obedeciam. Eu decidi montar a

minha companhia perto do acampamento desse régulo. Convidava-o para vir à companhia, falava com ele. O que é certo é que a população que estava sob a sua alçada nunca nos criou problemas, uma vez que o régulo dava indicações para combater a FRELIMO. Graças a este entendimento, considerava-se a zona pacificada.

Não realizávamos jornal de parede, uma vez que estávamos quase sempre no mato. Estávamos dois meses no mato. No final, íamos para a Ilha de Moçambique durante cerca de 15 dias, para descansar. Este período de descanso era importantíssimo para os soldados. Podiam ver o mar, tomar bebidas frescas, aproveitar o clima citadino da zona. Realizavam-se corridas matinais à volta da ilha. Mas também se realizavam algumas actividades de distração durante o período passado no mato. Por exemplo, na zona de Nura, estivemos lá durante quatro meses, foi um record. A zona tinha muito gado, e concentrámos lá algumas cabeças de gado. Por vezes organizávamos touradas improvisadas, mas os animais não estavam habituados e, por isso, não investiam, o que tornava a situação mais cómica. Era sempre uma maneira de manter a tropa ocupada e desviar a atenção do stress do combate. O gado pastava a zona, e à noite recolhia ao acampamento. Construámos um redil para guardar o gado e, de vez em quando, matávamos um animal para servir de reforço ao rancho. Também criámos um campo de futebol, com a ajuda de uns elementos de engenharia que por lá passaram com alguma maquinaria. Assim, os homens podiam jogar futebol e realizávamos torneios entre os pelotões. Com estas actividades nunca se descorava a protecção, havia sempre um perímetro montado em volta da zona. Fazíamos concursos de jogos de cartas, jogos tradicionais, cantávamos ao desafio. Isto partia sempre do espírito de iniciativa dos graduados, não estava nada escrito.

Uma parte importante para a manutenção do moral era a chegada dos aerogramas. Quando chegava o saco com as cartas ao fim cerca de quinze dias, os soldados juntavam-se todos à volta do correio, expectantes. Um dos factores mais importantes para a tropa era o correio. Os camaradas que não recebiam correio ficavam a um canto com cara abatida e desanimados. Uma vez, os homens estavam a mostrar sinais de desgaste, porque há cerca de um mês que não recebíamos correio, então falei com o comandante do COFI para forçar o envio do correio. O avião não podia aterrar na zona, por isso fez um voo baixo e largou os sacos com o correio. Aquela malta correu para apanhar os sacos com uma alegria doida. Isso demonstra bem a grande importância de fazer chegar o correio à tropa.

Encontrei, em Cabo Delgado, a norte de Mueda, alguns indícios de propaganda inimiga, quando fomos buscar uns elementos da base de Beira Nova. Na zona onde esses

camaradas iam buscar água encontravam-se vários jornais da FRELIMO. Eu tive a oportunidade de ler e verifiquei que a informação era manipulada, aumentando sempre os feitos dos guerrilheiros e diminuindo as nossas acções. Também deixavam papéis com recados para os combatentes a dizer “vocês são piores que os macacos, não saem do quadrado, vivem aí fechados! Façamos um jogo de futebol, ninguém dispara, um jogo entre Moçambique e Portugal!”. O que é interessante é que, muitas vezes, os panfletos da FRELIMO entendiam-se melhor que os nossos panfletos. Qualquer um olhava para eles e entendia o que queriam transmitir, usavam muita banda desenhada. Os nossos panfletos, aqueles que eram lançados pelo “bocas” eram muito trabalhados, com termos que não eram os mais indicados para as populações. Cheguei a perguntar a um ou outro soldado o que queriam dizer e a mensagem não era bem absorvida. Uma vez conheci um régulo de nome Bumbolibodzi que dizia que era deus e era muito respeitado pelas populações da zona. Quando me encontrei com o Tenente-Coronel Alves Morgado do COFI, propus que se tirasse uma fotografia do régulo ao meu lado para criar um panfleto a convidar as populações a deslocarem-se para junto da zona da companhia. Começámos a construir um aldeamento e demos o nome do régulo à “avenida” principal. O que é certo é que as populações começaram a apresentar-se no local e o aldeamento foi crescendo. Cada família tinha um campo delimitado para poder cultivar, e reunimos muito gado também. A população começou a ficar afeiçoada à companhia e faziam festas para as quais convidavam os militares. Chegámos a interceptar cartas de guerrilheiros, que diziam que naquela zona estava um batalhão (e nós éramos uma companhia...) que tinha roubado a população, e que era difícil fazer operações ali porque não havia apoio da população.

Os aldeamentos, grande parte das vezes estavam construídos em locais altos, por motivos de segurança. O problema que surgia era que esses locais não eram os mais apropriados para cultivar, o que explicava a falta de alimentos que se verificava em alguns aldeamentos.

A população aqui é sempre o bode expiatório: nós íamos lá e fazíamos perguntas eles dizem, quando eram os rebeldes faziam a mesma coisa; por isso, a situação em que a população se encontrava era muito complicada. Se falavam com a tropa portuguesa, sofriam represálias por parte dos rebeldes; se fugiam de nós levavam-nos a pensar que estavam feitos com o inimigo.

Encontrámos no mato um professor, e aproveitamos para criar uma espécie de escola. As crianças começaram a ter aulas e fomos recebendo alguns materiais para ajudar o ensino.

A forma como tratávamos a população servia para passar uma boa imagem das nossas tropas. O melhor elemento de acção psicológica era fruto das conversas entre a população e a imagem que ia sendo passada de zona para zona.

ENTREVISTA 2

Nome: Rosa Serra

Posto: Alferes

Função desempenhada Ultramar: Enfermeira

Unidade: Na dependência da Escola de Tropas Pára-quedistas (Regimento de Caçadores Pára-quedistas)

Data: 06JUL11

Eu não estava inserida em nenhuma unidade de combate. Estava aquartelada numa base em Mueda. Sempre que o rádio avisava, nós íamos de helicóptero prestar assistência no terreno, para realizar as devidas evacuações. Assistíamos quer os nossos soldados quer os autóctones ou até mesmo os rebeldes. A política da época obrigava-nos a tratar de igual forma todo o tipo de feridos que surgissem. Em Moçambique, não tínhamos tempo para ir às populações, mas isso era feito pelos enfermeiros que integravam as unidades de combate. Eles garantiam vacinas e tratamentos médicos às populações, de tal maneira que chegámos a evacuar mulheres das populações que estavam grávidas e cujos partos se complicavam.

As vezes que estive integrada em operações, verifiquei o aparecimento de muitos panfletos de propaganda. Quando se encontravam bases dos guerrilheiros, surgiam exemplares de livros de instrução primária, adaptados, pela FRELIMO, onde os mesmos textos portugueses eram usados mas com injeções de ideologia política pelo meio. O português era mau, matava e roubava. Por vezes, os guerrilheiros penduravam os corpos de combatentes mortos nas árvores, como se estivessem enforcados. Estes corpos eram armadilhados. Havia a tendência natural, especialmente entre a tropa com pouca

experiência, de querer enterrar o morto condignamente. Mas, ao retirar o corpo, os explosivos eram accionados. Moçambique foi o teatro onde fui buscar mais feridos resultantes de minas e armadilhas. Esta visão criava um mal-estar psicológico tremendo nos soldados, um sentimento corrosivo de injustiça e revolta que ia afectar o seu desempenho.

Não cheguei a ter contacto com os jornais de parede, já que não íamos às unidades. Mas recordo-me de os soldados trocarem papéis com versos escritos de músicas que cantavam, relativas à unidade e às coisas que se passavam. O correio também era muito importante, para quebrar o isolamento a que as tropas estavam sujeitas no mato. Havia a necessidade de criar esquemas de distração para manter a própria sanidade mental dos soldados. Mesmo nós, na base, estávamos isolados e, por vezes, faziam-se noites de fado, jogava-se às cartas, havia indivíduos que tinham jeito para o desenho e faziam caricaturas e bandas desenhadas.

ENTREVISTA 3

Nome: José Pacheco

Posto: 1º Cabo

Função desempenhada Ultramar: Enfermeiro e Caçador Pára-quedista

Unidade: 31º Batalhão Caçadores Pára-quedistas

Data: 06JUL11

Desenvolvemos a chamada guerra da “psico” na zona de Tete. Não se realizavam operações de contra-guerrilha sem antes fazer acções de psico. O que era a psico? No meio da população, existiam membros subvertidos que davam informações acerca das nossas tropas aos rebeldes. Estas estavam espalhadas, e era complicado controlar as mesmas. Havia a necessidade de fazer uma campanha, quase como as campanhas políticas de agora. Era feita de duas formas: de avião, com megafones que transmitiam, em vários dialectos, mensagens, ou com o lançamento de panfletos que aconselhavam a população a sair das zonas onde se encontravam e a formarem acampamentos junto aos aquartelamentos militares, uma vez que se iam realizar operações na zona; ou, então, a pé, passando pelos aldeamentos, distribuindo comida, medicamentos (na época era permitido, aos

enfermeiros, receitar medicamentos), realizando pequenos tratamentos, ao mesmo tempo que falavam com os chefes, de maneira a tentar convencê-los a juntarem-se ao aldeamento mais próximo controlado pelas nossas tropas. A guerra da psico era uma guerra de nervos, porque nunca sabíamos se podíamos confiar a cem por cento nas populações. Por vezes, durante essas acções, um camarada era atingido devido a um disparo que surgia do meio da mata.

O inimigo usava, muitas vezes, engodos armadilhados (peles de animais penduradas ou armas). E alguns dos feridos que daí resultavam, podíamos considerar que se devia a negligência da parte dos próprios soldados. Quem tinha mais experiência de combate devia instruir os novos combatentes para esses perigos, mas as rendições das unidades realizavam-se, geralmente, por pelotões ou companhias. Nos pára-quedistas, as rendições eram individuais, o que significa que num pelotão tínhamos sempre indivíduos com muita experiência ao lado de outros com pouca experiência. Este aspecto ajudava a criar um clima de confiança entre os camaradas que vinham render e que ainda não tinham experienciado o combate.

Havia dois tipos de enfermeiro. O enfermeiro de combate era, ao mesmo tempo, atirador. Integrava as acções de combate e prestava auxílio às populações e o suporte básico de vida aos feridos até a chegada da evacuação. Nos helicópteros vinha, normalmente, uma enfermeira que efectuava a evacuação dos feridos e tinha, à sua disposição, outros meios mais completos para continuar a assistência sanitária.

Os guerrilheiros distribuíam muitos panfletos entre a população. Encontrávamos, por vezes, panfletos de propaganda inimiga.

Nas casernas de soldados e no refeitório existiam placards, onde se colocava informação relativa à vida interna da unidade. Colocavam-se, também, anedotas, desenhos humorísticos e algumas notícias.

Os batalhões pára-quedistas recebiam uma verba do Estado pelas armas que capturavam. As armas eram, de certa forma, “vendidas” ao Estado. O dinheiro era entregue ao comandante da unidade. Muitas unidades não tinham conhecimento desta possibilidade legal. Em primeira instância o dinheiro foi investido no melhoramento das condições da unidade, ao ponto de termos um “videotape”, uma máquina que lia fitas magnéticas e enviava para as televisões dos bares da unidade. A unidade recebia da metrópole bobines com as gravações de alguns programas da RTP. Quando acabou o ciclo de melhoramentos na unidade, o dinheiro começou a sobrar e o Coronel Bragança Coutinho, comandante do

batalhão, decidiu dividir o dinheiro pelos militares da unidade, como complemento ao salário mensal. Havia unidades que, ao darem as armas apreendidas ao Estado, não recebiam dinheiro, porque não sabiam que o Estado dava dinheiro por elas.

ENTREVISTA 4

Nome: José Saraiva

Posto: Tenente-Coronel

Função desempenhada Ultramar: Comandante de companhia

Unidade: 277ª Companhia de Cavalaria

Data: 9JUL11

No meu ano de finalista da Academia Militar, em 1959, o então Major Hermes de Oliveira, que acabava de chegar de uma missão de observação à Argélia, realizou uma palestra de Guerra Revolucionária. Contou uma história de um alferes de cavalaria francês que, ao ser mobilizado para a Argélia sonhou com grandes cargas de cavalaria. Quando lá chegou, viu-se transformado num “agente social”. Viu, então, que essa era uma arma que podia usar da mesma forma no campo de batalha contra a guerrilha.

Existia, de facto, uma secção de Acção Psicológica. Nós recebíamos, na companhia, algumas orientações através dos relatórios que eram emanados pelo Quartel General. Junto ao nosso quartel, vivia uma população de cerca de duas mil pessoas. Recebemos uma indicação para reactivar a escola da povoação. Aproveitámos alguns oficiais e sargentos que se voluntariaram para servirem como professores. Não era essa a sua profissão, mas davam aulas aos miúdos da população. Não chegámos a estar com eles um ano lectivo inteiro, mas não havia a possibilidade de realizar exames oficiais. Ficava apenas o trabalho realizado, os conhecimentos adquiridos e os laços criados com a população. O objectivo era mostrar que estávamos no local mais como uma força amiga e que os protegia dos rebeldes ou “turras”, e não como uma força de ocupação. Na escola, os alunos praticavam exercício físico, aprendiam a cultivar hortas com vários tipos de vegetais que não faziam parte da cultura agrícola dos autóctones (milho, mandioca e amendoim). Na altura, o segundo comandante do batalhão, Major Octávio Dias Machado, assumia as funções de oficial de Acção Psicológica do batalhão, embora não fosse oficialmente o Oficial de Acção Psicológica. Tinha um programa, na emissora de

Moçambique, de carácter patriótico. Possibilitou o fornecimento de uma verba à companhia, para auxiliar no desenvolvimento da escola e desenvolveu uma iniciativa interessante: transformar o grupo de jovens alunos num grupo de escuteiros, os “Cadetes de Moçambique”. A unidade pagou aos alfaiates da população para criarem fardas para os miúdos e foram-lhes inculcidos os valores dos escutas, uma forma de incrementar a formação moral e cívica. Faziam desfiles e participavam activamente no cerimonial do hastear/arrear da bandeira.

Era importante evitar a todo custo acções para com a população que fossem condenáveis, o que punha em risco todo o nosso trabalho na área da psico. Surgiam, por vezes, junto das administrações civis, situações em que os produtos dos nativos não eram comprados a preços justos. Se tínhamos de comprar alguma coisa à população seria sempre de acordo com o preço combinado com os nativos, e nunca um preço imposto por nós. Mesmo para com os prisioneiros, havia um cuidado em dar-lhes água e comida, garantindo um tratamento humano ao inimigo. Este tratamento permitia, até, que os prisioneiros acabassem por revelar informações, como a localização de minas nas proximidades.

Também prestávamos apoio sanitário. O nosso médico prestava cuidados médicos diários à população. Foi identificado, na zona, um local onde se reuniam cerca de onze leprosos que eram escorraçados das povoações e viviam, portanto, isolados. Prestávamos apoio a esse grupo, dentro das nossas capacidades. A prioridade de evacuação era dada aos feridos graves. Certo dia um militar da companhia adoeceu e houve a necessidade de ser evacuado para o hospital. O helicóptero, ao aterrar, cortou com uma das pás da hélice a maca de um dos enfermeiros. A população tinha-se reunido em volta do helicóptero, por motivos óbvios de curiosidade. Um fragmento da maca foi projectado e alojou-se na coxa de um dos nativos. Correndo risco de vida, o nativo foi evacuado; e o militar que estava doente, mas em situação menos preocupante, aguardou por nova evacuação. Esta atitude das nossas tropas criou grande admiração entre a população. É sendo humanos que ganhámos o respeito das pessoas.

Era normal realizar caçadas na zona, uma vez que era um local onde abundavam animais. Quando as peças de caça eram em demasia, fornecíamos as mesmas ao régulo, o qual realizava a distribuição das mesmas à população. Era normal as crianças da escola irem à sobra do rancho do quartel, o que servia de complemento à alimentação.

O jornal de parede era uma actividade que era desenvolvida de duas em duas semanas e bastante apreciada pelos soldados. Tinha o nome de “Sempre Cavaleiros”.

Havia camaradas que tinham jeito para desenhar e faziam alguns desenhos humorísticos, para colocar no jornal de parede. Sempre que víamos um artigo interessante nos jornais, recortávamos e colocávamos no jornal de parede, algumas histórias engraçadas que se passavam eram adicionadas também, bem como músicas criadas pelos soldados e anedotas. A simbologia patriótica estava sempre presente. No dia em que o jornal era publicado, a tropa juntava-se toda em volta do jornal de parede com curiosidade.

Não mantínhamos contacto com o oficial de Acção Psicológica.

Nunca presenciei a existência de propaganda inimiga.

Para dar actividade aos militares, nos tempos livres, realizámos campeonatos de futebol ou torneios de jogos de cartas, que eram recompensados sempre com algum tipo de galardete, uma taça ou algo do género. Era importante estarem permanentemente ocupados com alguma coisa.

ENTREVISTA 5

Nome: João Alberto Calheiros

Posto: Coronel

Função desempenhada Ultramar: Comandante de companhia

Unidade: 32º Batalhão de Caçadores Pára-quedistas

Data: 9JUL11

Não recebia directivas do batalhão no sentido da Acção Psicológica. As únicas indicações que nos eram dadas neste âmbito estavam presentes na nossa formação na ETP. A conduta moral dos combatentes pára-quedistas era orientada no sentido de humanizar ao máximo a guerra. Incutia-se a noção nos soldados que a dureza e a barbaridade da guerra deviam ser mitigadas, tratando bem a população e o inimigo quando capturado. Costumávamos dizer que queríamos que a ETP fosse uma escola de cidadãos, mais do que uma simples escola militar.

Com os prisioneiros de guerra, não deixávamos que os soldados fizessem o que bem entendiam com eles. Tínhamos normas bem definidas, para evitar abusos e tratamentos desrespeitadores da condição humana. A formação moral dos homens era uma base fundamental para controlarmos estas situações. As rendições eram individuais, o que

permitia que os combatentes menos experientes fossem integrados no ambiente de combate. As evacuações eram efectuadas conforme a gravidade dos feridos, independentemente se eram soldados nossos ou rebeldes.

Não mantinha contacto com o Oficial de Acção Psicológica. Porém, o comandante de companhia acabava por ser o decisor nessa área.

Foram distribuídos muitos panfletos, não por nós, mas em Moçambique era comum serem distribuídos por aviões. Um dia apresentou-se um senhor chamado Lazaro Kavandame, era o chefe dos Macondes. Então, o comando pensou que, se explorasse a situação, as populações poderiam começar a apresentar-se também. Equiparam-se aviões Dakota com altifalantes, os “bocas”, que sobrevoaram a zona. Mas a operação não foi bem sucedida. Nos acampamentos, apanhávamos muitos panfletos distribuídos pelos rebeldes

Fora do âmbito das acções militares, não estabelecíamos contacto com as populações. Os dias que tínhamos de intervalo entre as operações eram poucos, e serviam para descansar, não havia tempo para realizar essas acções.

Durante os períodos de repouso, era importante manter o pessoal ocupado. Era normal jogar futebol, fazer campeonatos de jogos tradicionais, jogos de cartas. Ou então, melhorar as condições da unidade, com a construção de melhores instalações, construção de chuveiros, um campo de futebol, até mesmo zonas com jardins.

Semanalmente, os comandantes de companhia costumavam realizar palestras onde disseminavam notícias e ouviam os problemas dos seus homens.

ENTREVISTA 6

Nome: Manuel António Domingues

Posto: Capitão

Função desempenhada Ultramar: Comandante de companhia

Unidade: 3470ª Companhia de Caçadores

Data: 10JUL11

As orientações recebidas, pela companhia, no âmbito da acção psicológica, eram poucas, mas sempre com objectivos bem definidos: evitar “problemas” com as populações era a principal preocupação. O contacto com o oficial de Acção Psicológica (sediado no

comando de sector) não se verificava. Primeiro, porque não havia população na minha área de intervenção, nos primeiros dezanove meses de comissão; e nos restantes dez meses, embora houvesse população, não incumbia à companhia exercer a acção psicológica, porque esta estava incluída nas funções da Administração local, que tinha uma ligação estreita com a DGS.

Não existia nenhum estudo sobre a população da zona.

Não dispúnhamos de nenhum meio de acção psicológica para actuar no terreno. Mas foram encontradas mensagens dos rebeldes para as nossas tropas, pelo que passo a concretizar: no percurso de uma coluna de reabastecimento, uma mina anti-carro foi accionada por uma viatura, tendo provocado a sua destruição. Ao ser feita a segurança do local, pela força de escolta, foram encontrados, no interior da mata, a poucos metros, alguns panfletos que exortavam os nossos militares à deserção, acusando o governo de Portugal de ser colonialista. Após este incidente, foram encontrados outros panfletos, pelas equipas de protecção, tendo-se evitado, assim, pelo menos, mais dois rebentamentos.

O contacto com as populações, fora do âmbito das patrulhas, só existia em acções concertadas com o delegado de saúde, para apoio na vacinação contra a cólera ou outras doenças contagiosas.

Era prestado apoio às populações, essencialmente em duas áreas: saúde e alimentação. Na saúde, faziam parte tratamentos e vacinação. Quanto à alimentação, as crianças apareciam em grande quantidade ao aquartelamento para comerem, colaborando, depois, na limpeza e outros serviços (cozinha, padaria, enfermaria, mecânica, etc), em cuja aprendizagem manifestavam interesse.

Existia um jornal de parede, em que os militares participavam com interesse, o que contribuía para aliviar a pressão à qual estavam sujeitos, e para aumentar a esperança no regresso. Salientam-se textos de canções do célebre Cancioneiro do Niassa (entoadas muitas vezes pelos próprios militares, em tempos livres). Mas, das várias formas de expressão, a que mais os movia era um calendário onde anulavam os dias que iam passando.

Havia a preocupação de motivar a tropa, por um lado, transmitindo-lhe confiança através de conversas informais, por outro lado, informando-os de operações bem sucedidas.

Na minha unidade, a acção psicológica estava implícita no diálogo e apoio aos militares com problemas particulares ou abalados pela guerra. Para aliviar um pouco o

stress causado pelas circunstâncias, era habitual proporcionar-lhes uma consulta médica (normalmente num médico dentista), na sede do comando de sector, libertando-os durante algum tempo (no mínimo uma semana) do isolamento e pressão constantes a que estavam sujeitos.

A minha companhia, nos dez meses que estive em zona com população, sempre teve presente a importância de um bom relacionamento, quer com os nativos, quer com os brancos. Era fundamental que os militares transmitissem confiança nas suas acções, e tivessem orgulho na farda que vestiam, procurando sempre ser respeitados e não temidos pelas populações.

APÊNDICE C

CLÃ, TRIBO E ETNIA

Para os antropólogos, clã¹⁰² é “um agrupamento social constituído por um número de indivíduos bastante restrito, vivendo numa mesma região, e cujos membros se sentem unidos por laços de parentesco. Descendem todos da mesma linhagem, e têm um antepassado comum; essa linhagem comum é representada pelo chefe do clã.” (Birou, 1982, p. 67). O clã representa o primeiro grande degrau do sentimento de identidade de um autóctone.

Uma tribo é composta por vários clãs, que se identificam entre si e que reconhecem a legitimidade da autoridade de um mesmo chefe. É uma “Forma de agrupamento e organização sociopolítica dos povos antigos, ou então das povoações ainda não integradas na vida nacional.” (Birou, 1982, p. 410).

Quando falamos de etnia, estamos já num campo mais geral, correspondendo a um conjunto de indivíduos que partilham da mesma cultura, e que podem pertencer a nações e raças diferentes. Podem unir-se, ou não, por uma mesma língua.

¹⁰² Deriva do termo gaélico *clann* que significa grande família.

APÊNDICE D

PORTUGAL E O PANORAMA INTERNACIONAL

“Portugal foi a primeira potência colonial europeia a chegar a África e a última a sair.” (Garcia, 2003, p. 17). Portugal não queria abdicar das suas províncias ultramarinas e, com esse fim, levou a cabo uma guerra que durou treze anos (1961-1974), nas frentes de Angola, Guiné e Moçambique, realizando um esforço muito grande para a dimensão relativa da sua metrópole.

A distância a que os combates se travavam também era um factor condicionador da nossa acção. O principal aeródromo da província de Moçambique (Beira) distava 10 300¹⁰³ quilómetros da cidade de Lisboa. Os voos não podiam ser realizados em “linha recta”, uma vez que “não estabelecíamos relações diplomáticas com todos os países, o que nos obrigava a voar a cerca de doze milhas da costa”¹⁰⁴. A acentuada distância implicava, à partida, um problema logístico muito exigente.

No entanto, o garante das províncias ultramarinas era, no entender do regime salazarista, uma “importante possibilidade de Portugal sair do caos financeiro em que o anterior governo republicano o deixara.” (Cann, 2005, p. 39), daí a importância da necessidade de combater. A economia portuguesa, de acordo com as directivas do Estado Novo, não recorria a investimentos estrangeiros. A ideia do “orgulhosamente sós” ditava a situação económica do país, aplicando-se uma “doutrina isolacionista de independência” (Cann, 2005, p. 41), a qual por muitos era considerada de irrealista, uma vez que o sistema internacional do pós 2ª grande guerra criava, cada vez mais, uma interdependência entre estados. Um bom exemplo deste aspecto é o facto de Portugal ter recusado aderir ao pacote de apoios garantido pelo Plano Marshall (Cann, 2005).

Mas esta forma de encarar os investimentos estrangeiros acabou por mudar com o tempo, à medida que o regime se ia apercebendo das potencialidades do capital estrangeiro. À custa de investimentos¹⁰⁵ belgas, britânicos e americanos, que abrangiam áreas como as minas, os diamantes, os caminhos-de-ferro e o petróleo, as províncias

¹⁰³ *In* (Cann, 2005, p. 23).

¹⁰⁴ Segundo a Enfermeira Rosa Serra *In* Entrevista 2.

¹⁰⁵ Segundo L. H. Gann *Apud* (Cann, 2005, p. 41), “Em 1961, o investimento estrangeiro privado somava cerca de 15 por cento na distribuição do capital fixo bruto no Ultramar, e aumentou em 1966 para quase 25 por cento.”.

ultramarinas foram-se transformando em “possessões economicamente viáveis” (Cann, 2005, p. 41).

A Sociedade das Nações, criada no final da Primeira Guerra Mundial, tinha como objectivos a “criação de sistema centralizado de segurança colectiva”, “a garantia colectiva de independências nacionais”, bem como a “resolução pacífica dos conflitos” (Escaraméia, et al., 1995). Não atingindo o sucesso, foi substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada no fim da Segunda Guerra Mundial através da assinatura da Carta das Nações Unidas, a 26 de Junho de 1945. Após esta guerra, o mundo dividiu-se em dois blocos de influência: o bloco Ocidental (países aliados dos Estados Unidos da América) e o bloco de Leste (países aliados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Os países que não pertenciam a estes blocos tinham o nome de “não alinhados”. A este período, que se estendeu até à queda do Muro de Berlim, a 3 de Outubro de 1990, dá-se o nome de “Guerra Fria”¹⁰⁶.

Com o surgimento da Carta das Nações Unidas, grande parte dos países que detinham territórios coloniais foram garantindo a independência dos mesmos, “praticando-se a transferência do Poder directamente para um dos movimentos independentistas” (Garcia, 2003, p. 66), e “seguindo a tendência do pós-Segunda Guerra Mundial” (Cann, 2005, p. 42). Isto deve-se muito em parte aos artigos 1º (número 2) e 55º (Capítulos I e IX, respectivamente) da Carta das Nações Unidas, relativos ao princípio de autodeterminação dos povos. O artigo 73º refere ainda a importância de evitar os abusos contra as populações colonizadas, e criar as condições necessárias ao desenvolvimento das suas instituições políticas independentes de auto-governança, e ainda o dever de auxiliar o desenvolvimento económico numa primeira fase.

Com a entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas, em 1955, o nosso país foi interrogado relativamente à posse de colónias. Portugal argumentou que não possuía colónias dependentes, uma vez que estes territórios eram “independentes com a independência da Nação” (Garcia, 2003, p. 67).

O próprio termo “colónias” não estava presente na Constituição portuguesa. Durante a monarquia¹⁰⁷, foi lançado um Acto Adicional à Constituição (1852) que se refere, no artigo 15º, à possibilidade de as províncias ultramarinas serem regidas segundo “leis especiais”, *facto novo*, já que, até então, “procurava-se aplicar à administração

¹⁰⁶ Expressão generalizada pelo jornalista Walter Lippman.

¹⁰⁷ Na constituição de 1838 podemos ler no Título X a expressão “das Províncias Ultramarinas”.

ultramarina as mesmas disposições constitucionais da metrópole” (Garcia, 2003, p. 74). O termo “colónias” surgiu com a Constituição Republicana de 1911, que cria o Ministério das Colónias. A expressão “das Províncias Ultramarinas” só foi substituída por “das Colónias Portuguesas” a 7 de Agosto de 1920, com a publicação da Lei nº 1005.

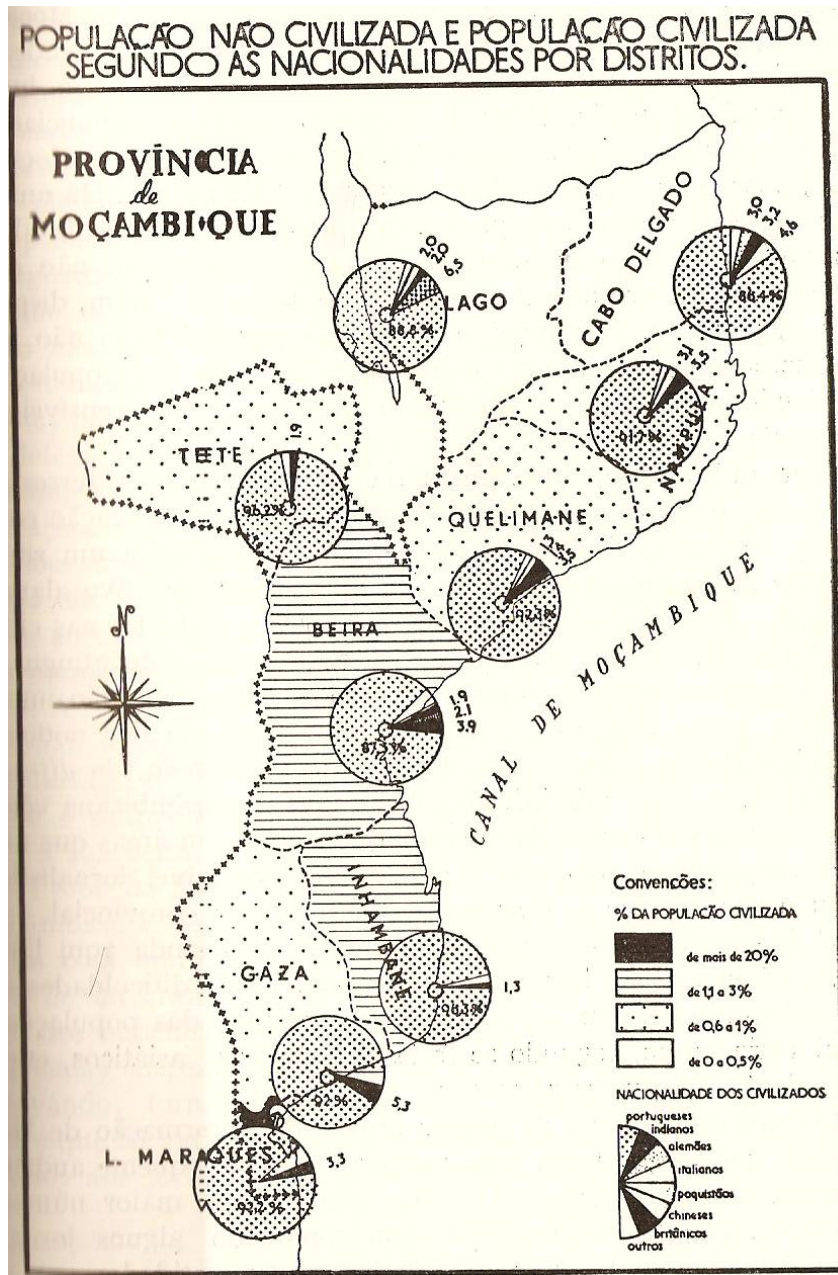
A 8 de Junho de 1930, o decreto nº 18570 aprova o Acto Colonial¹⁰⁸, que reconhece os territórios portugueses além-mar como colónias constituintes do Império Colonial Português. Porém, com a lei nº 2048 de 11 de Junho de 1951, reformulou-se a semântica, passando o Império a “Ultramar” e as colónias a “Províncias Ultramarinas”.

As Nações Unidas mostram o seu apoio à emancipação dos territórios ocupados com a resolução A/1514 de 14 de Dezembro de 1960, na qual referem a necessidade de os países darem a independência a todos os povos colonizados, sem qualquer tipo condicionamentos, afirmando, todavia, que se a independência de um território compromettesse a destruição da “unidade nacional e da integridade territorial” não estaríamos ao abrigo da citada resolução. Desta forma, Portugal afirmava que não poderíamos considerar as nossas províncias como “colónias”. Mas a Assembleia Geral das Nações Unidas entendia como território não autónomo “todo aquele que estivesse separado geograficamente e possuísse uma distinção étnica e cultural da do país administrante” (Garcia, 2003, p. 68).

A resolução A/1542 de 15 de Dezembro de 1960 considera os territórios de Cabo-Verde, Guiné, Angola, Moçambique e outros como “não autónomos”, e é exigido a Portugal o garante da independência a tais territórios.

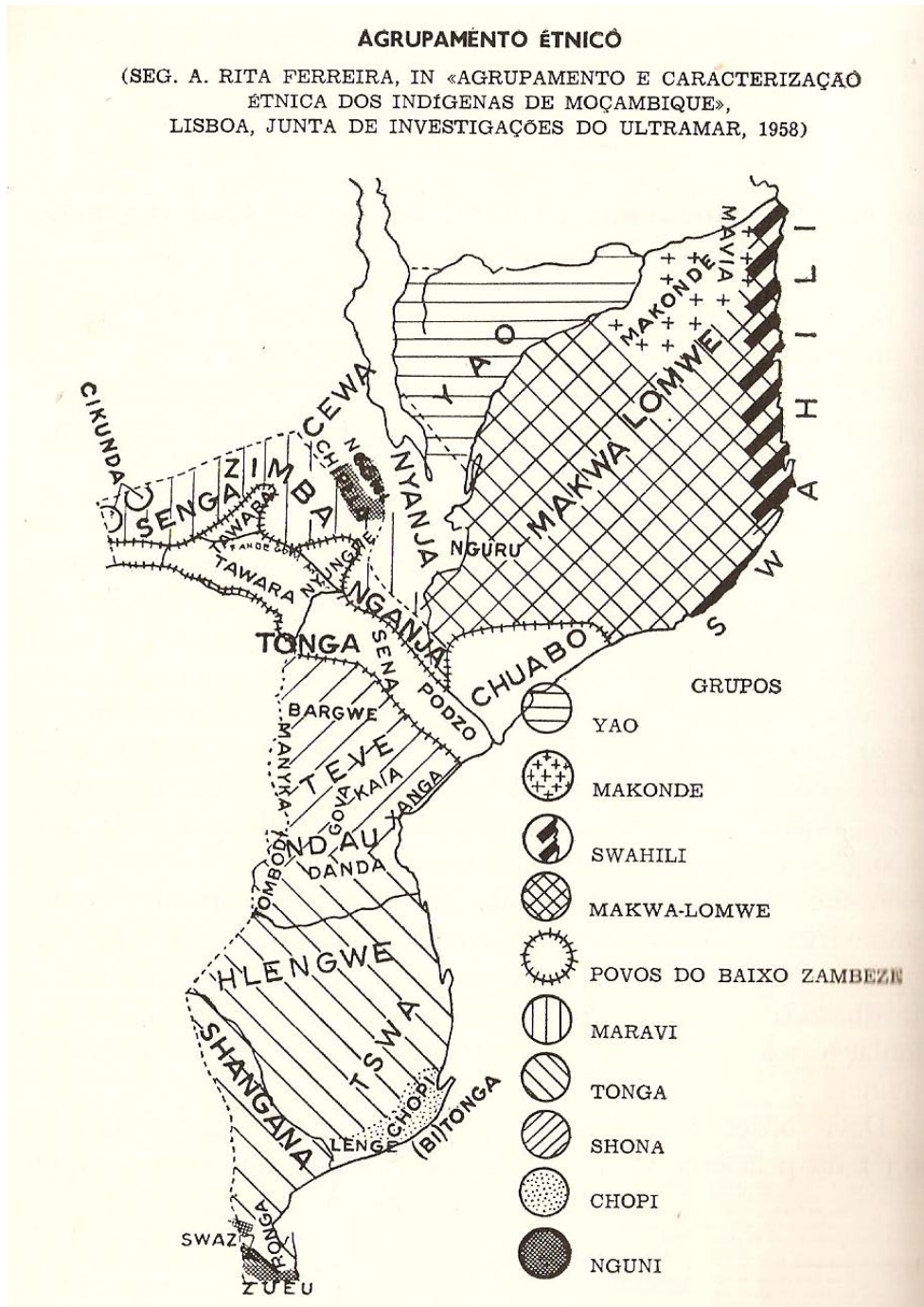
¹⁰⁸ Joaquim da Silva Cunha, *Apud* (Garcia, 2003, p. 75), refere-se ao mesmo dizendo que procurava “definir as bases gerais da política ultramarina coordenando o princípio da unidade política com o da descentralização administrativa, de modo a permitir uma acção eficaz dos órgãos de soberania no comando da evolução do Ultramar, sem tolher a estes a autonomia necessária ao seu progressivo desenvolvimento”.

A.2 DISTRITOS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE



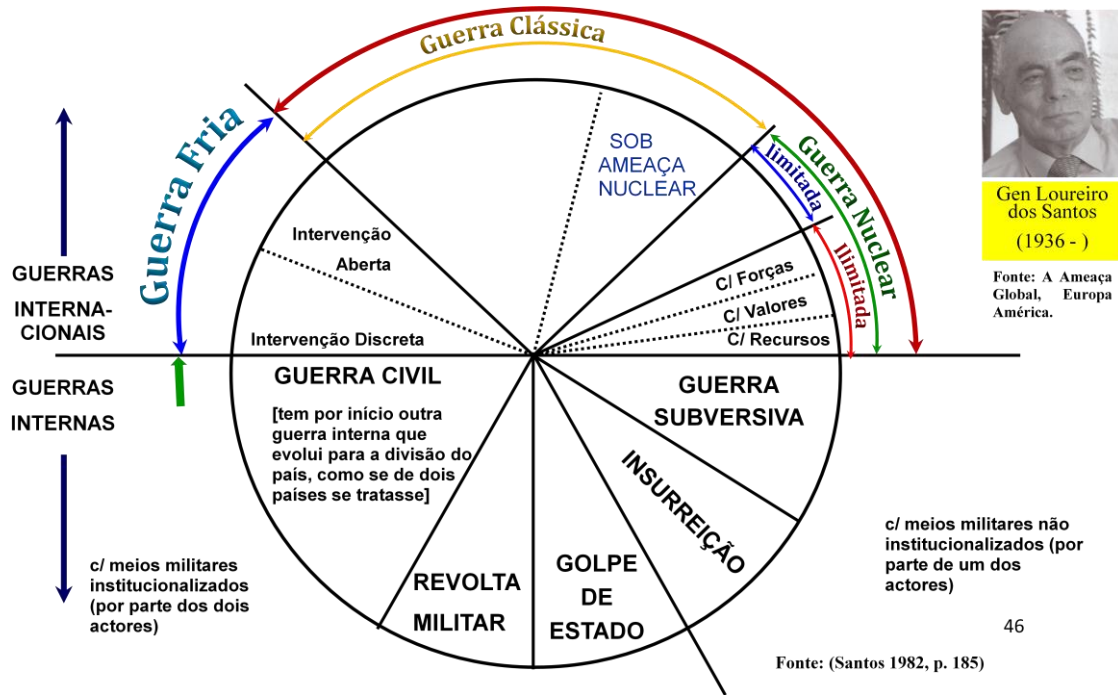
Fonte: (ISCSPU, 1964, p. 507)

A.3 ETNIAS NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE SEGUNDO A. RITA FERREIRA



Fonte: (ISCSPU, 1964, p. 502)

A.4 ESPECTRO DA GUERRA DO GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS



Fonte: Aulas da Cadeira de Estratégia, Academia Militar, Ano lectivo de 2009/10.

A.5 EXEMPLO DE UM JORNAL DE PAREDE



Fonte: Jornal de Parede alusivo ao Dia da Cavalaria da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.6 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 1



Fonte: Autor desconhecido.

A.7 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 2



Fonte: Autor desconhecido.

A.8 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 3

A TROPA ENTRA NA MATA

BANDIDO FOGUE

BANDIDO NÃO TEM PAZ

BANDIDO VIVE MAL

APRESENTADO TEM COMIDA

APRESENTADO TEM PAZ

APRESENTADO VIVE FELIZ NA SANZALA

NO CAXITO E NA TERRA NOVA

APRESENTARAM-SE HOMENS QUE VIVIAM

NA MATA

FAZ COMO ELES SE QUERES SER FELIZ

O BANDIDO FOGUE



OS HOMENS BONS ESTÃO COM A TROPA



Fonte: Autor desconhecido.

A.9 PANFLETO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA 4



Fonte: Autor Desconhecido.

A.10 RECONSTRUÇÃO DE UMA PONTE



Fonte: Militares da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.11 CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE UM ALDEAMENTO



Fonte: Militares da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.12 CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS



Fonte: Autor desconhecido.

A.13 AEROGRAMA

GRATIS PARA AS FORÇAS ARMADAS EM SERVIÇO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS

O TRANSPORTE DESTE AEROGRAMA É UMA OFERTA DA FAPV AOS SOLDADOS DE PORTUGAL

Edição exclusiva do MOVIMENTO NACIONAL FEMININO

CORREIO AÉREO
SENTO DE PORTE E DE SOBRE-
TAXA AÉREA, portaria n.º 813/71
de 23 de Setembro de 1971

Ex.º Sr.

ESPAÇO RESERVADO PARA CORRESPONDÊNCIA

É PROIBIDO INCLUIR QUALQUER OBJETO OU DOCUMENTO

O SERVIÇO NO CORREIO É LÍMITE EM MÃO EM QUALQUER ESTAÇÃO DOS CT

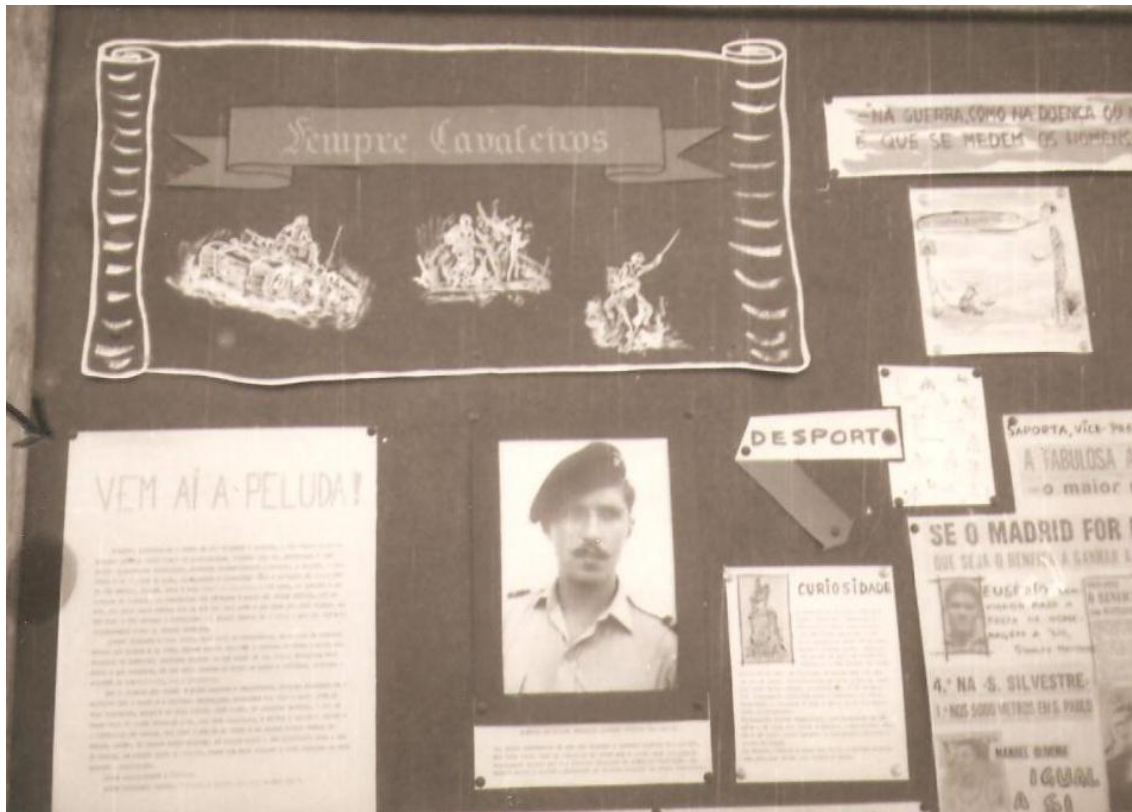
A 198 concede descontos e facilidades de pagamento nas passagens de avião entre o Ultramar e a Metrópole para os militares em serviço no Ultramar. Conselho de Assistência da 198 BISSAU-AV. Alameda António Tomás, 86 - LUANDA-AV. Paulo Dias de Novais, 75-80 BISSAU-AV. Coronel Moura Augusto Castilho, 47-49 - LOURENÇO MÁRQUES-SENHORAS, 100 - FORTALEZA DE MOURA

EL 0 73/4 3 2

Reservadas

Fonte: Autor desconhecido.

A.14 PORMENOR DE UM JORNAL DE PAREDE

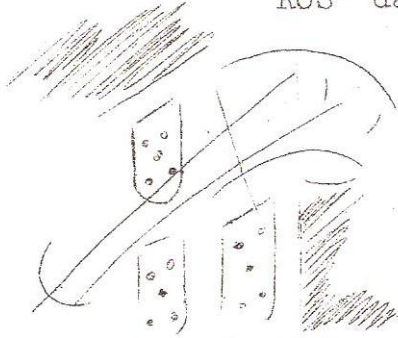


Fonte: Jornal de Parede da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.15 ARTIGO “VEM AÍ A PELUDA”

ADVERTÊNCIA

Do Jornal de Parede "SEMPRE CAVALEIROS" da CCav481



Soldado, aproxima-se o tempo em que deixarás o quartel, a tua farda e os camaradas que por tanto tempo te acompanharam, vivendo como tu, ansiedades e alegrias, alimentando esperanças, sofrendo solidariamente o cansaço, a solidão, o mistério e os perigos da mata, trabalhando e combatendo para a salvação de ANGOLA, desta tão fértil, grande, rica e bela TERRA DE PORTUGAL. O teu suor, os ardores e asperesas do combate, as caminhadas por pântanos e matas não foram inúteis. Até ao fim, por amor desta Pátria que já foi dos teus avós e que será dos teus filhos, darás todo o teu esforço e entusiasmo – o melhor penhor da VITÓRIA – que uma vez mais alcançaremos sobre os nossos inimigos.

Quando voltares à vida civil, mais rico de experiência, mais rico de conhecimentos dos homens e da vida, hás-de sentir gratidão e orgulho de teres servido nas fileiras do Exército. Sentirás orgulho de ser filho de uma PÁTRIA espalhada pelo Mundo e que congrega no seu seio gentes de todas as raças e costumes, tentando o milagre da FRATERNIDADE, PAZ e PROGRESSO.

Mas o inimigo não dorme. É muito manhoso e persistente. Tentará envenenar-te o espírito com o boato e a mentira. Disfarçado, aparecerá por todo o lado. Ouve as tuas conversas, regista os teus gestos. Quer saber, de qualquer maneira, o que se passa para te poder destruir a ti, aos teus camaradas, à Pátria e lançar o terror e a destruição em Angola, tal como o fez já no Congo e em tantas outras terras de África. Então, já porque foste militar, já porque deste o teu contributo para a paz de Angola, já porque sabes a VERDADE, corre com esse intruso e sabe desfazer os seus enganos e falsidades.

Assim alcançaremos a VITÓRIA.

Assim poderemos cantar: "DITOSA A PÁTRIA QUE TAIS FILHOS TEM".

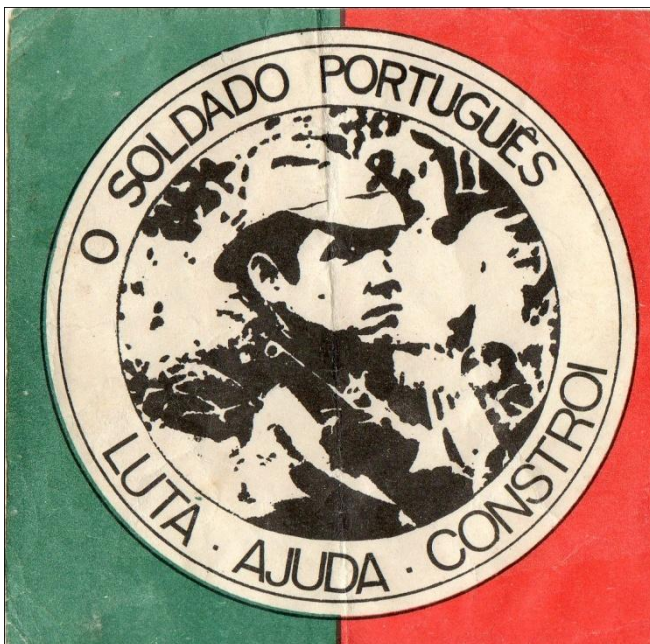
Fonte: Artigo presente num Jornal de Parede da 277ª Companhia de Cavalaria, publicado no Jornal do respectivo batalhão, autor desconhecido.

A.16 INTERESSE DESPERTADO PELO NOVO JORNAL DE PAREDE



Fonte: Militares da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.17 O MISSÃO DO SOLDADO



Fonte: Autor desconhecido.

A.18 ESCOLA EM FUNCIONAMENTO



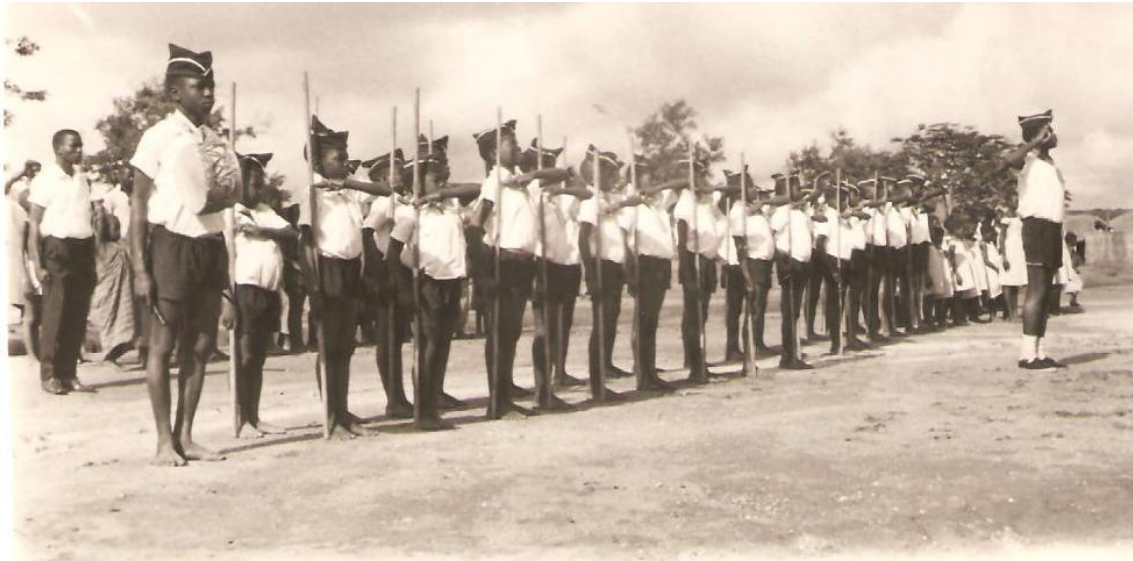
Fonte: Militar de origem nativa da 277ª Companhia de Cavalaria, autor desconhecido.

A.19 AULA DE BOTÂNICA: PLANTAÇÃO DE UMA HORTA



Fonte: Autor desconhecido.

A.20 OS ESCUTEIROS “CADETES DE MOÇAMBIQUE” NA CERIMÓNIA DE HASTEAR DA BANDEIRA



Fonte: Autor desconhecido.

Nota: As fotografias cujo autor é desconhecido foram gentilmente cedidas pela Liga dos Combatentes e pelo Tenete-Coronel José Saraiva. A sua publicação foi, pelos mesmos, autorizada.